



FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO
ESCOLAR INDÍGENA

RETOMANDO AS LUTAS PARA AVANÇAR NAS CONQUISTAS

RELATÓRIO FINAL DO VI FNEEI

30 de novembro a 03 de dezembro de 2022







SUMÁRIO

5 Apresentação

7 Participantes

11 Agenda de diálogo sobre as Propostas Prioritárias para a Educação Escolar Indígena

15 Diagnóstico da Educação Escolar Indígena

19 Estratégias para atuação conjunta

27 Compromisso do Movimento Indígena Brasileiro pela Educação Escolar Indígena

31 Anexos

67 Organização





Apresentação

Este documento apresenta as deliberações do VI Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI), no período de 30 de novembro a 03 de dezembro de 2022, no Centro de Formação Vicente Cãnas, em Luziânia-GO, construídas coletivamente por educadoras e educadores indígenas, da Educação Básica, da Educação Superior e dos Saberes Tradicionais, de 22 Estados brasileiros, 116 povos indígenas, mais de 500 participantes, representando o coletivo indígena de todo o país, somado às educadoras e educadores indigenistas, membros de organizações governamentais e da sociedade civil organizada.

O VI FNEEI apresentou como tema “Retomando as lutas para avançar nas conquistas”. Nesse sentido, o Fórum teve como propósito retomar a articulação dos povos indígenas em torno das pautas da educação escolar indígena, apresentando as dificuldades locais e regionais e indicando responsabilidades, corresponsabilidades e ações colaborativas entre os envolvidos.

Entre os objetivos: (1) realizar um breve diagnóstico da situação da educação escolar indígena em geral e em particular das escolas indígenas nas aldeias, considerando os anos de pandemia do Covid-19 e dos retrocessos impostos pelos governos desde 2018; (2) discutir e pactuar ações e estratégias a serem desenvolvidas pelo movimento indígena pela educação nos próximos anos; e (3) estabelecer diálogo com a equipe de transição do futuro governo eleito. Neste sentido, observamos que, mesmo sob dificuldades impostas pelas ameaças de recrudescimento da Covid-19, os objetivos foram satisfatoriamente alcançados.

A mobilização acerca do VI FNEEI aconteceu em continuidade à luta intensa do movimento indígena e de seus aliados pelo direito a uma escola específica e diferenciada, conforme prevista na Constituição Federal, de 1988, na Lei de Diretrizes e Base, de 1996, Lei 11.645/2008 e demais legislações infralegais, como as do Conselho Nacional de Educação (Res. 03/1999 e Res. 05/12).

O encontro foi uma ação conjunta do FNEEI e dos Fóruns Estaduais (FOREEIA, FORUMEIBA, FOREEIMS), das Organizações Indígenas e contou com apoio de diversas parcerias, às quais registramos os nossos agradecimentos, entre elas: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil), Frente Parlamentar Indígena, por meio da Deputada Federal Joenia Wapichana, Fundo Casa Sociambiental, Imaginable Futures e Instituto Sociedade Para a Natureza (ISPN), além das contribuições por meio da arrecadação online, Dabukuri e arrecadações das delegações de cada Estado.

Boa leitura!

Coordenação Geral do VI FNEEI





Participantes

O credenciamento de participantes do VI Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI) ocorreu durante o dia 30 de novembro. Enquanto o credenciamento acontecia, as lideranças das delegações dos estados se reuniram para discutir sobre a participação no evento.

Pará (PA) e Mato Grosso (MT), cujas delegações vieram em peso para o VI FNEEI, debateram sobre a educação escolar indígena. Caciques, lideranças e profissionais da educação falaram da estrutura precária das escolas e dificuldade de pagamento dos professores; falta de profissionais da educação, além de questionarem a aplicação do Novo Ensino Médio nas Escolas Indígenas. As lideranças e professores(as) abordaram ainda sobre o fortalecimento e valorização das línguas e culturas indígenas nas escolas diferenciadas.

Já à noite, dando as boas vindas para todos os participantes, a Comissão Organizadora do FNEEI fez a abertura do VI Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena. Rita Gomes, do povo Potyguara, e Gersem Luciano, do povo Baniwa, fizeram as falas iniciais. Gersem agradeceu as parcerias para a realização de um evento que foi feito na garra.

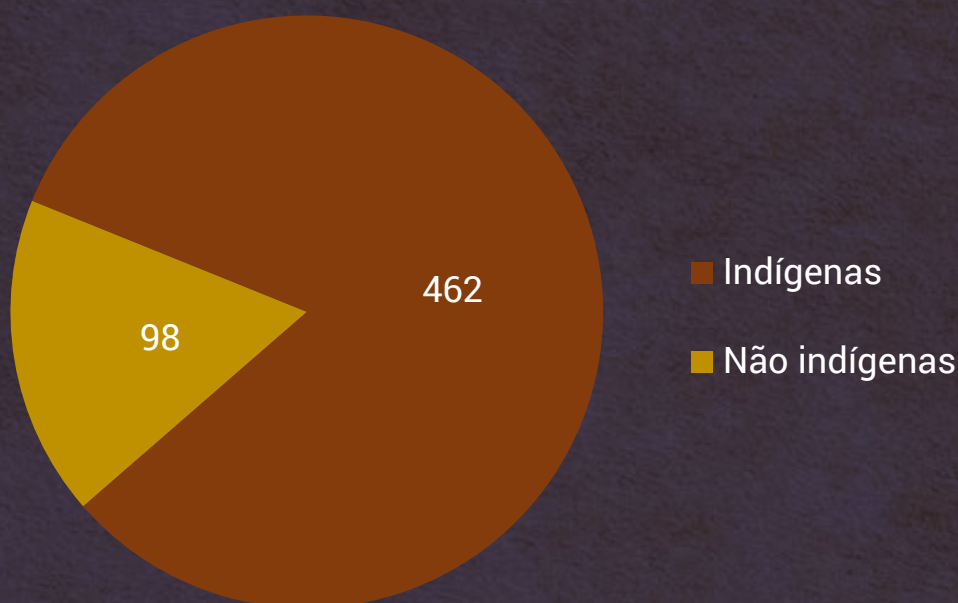
“É um erro achar que o movimento indígena não precisa de parcerias”, reforçou o professor Baniwa, que também agradeceu os vários parceiros e apoiadores presentes. Baniwa agradeceu aos apoiadores da arrecadação online. O recurso adquirido possibilitou acolher da melhor forma possível os parentes e aliados. A Comissão Organizadora parabenizou o investimento das delegações, destacando que o esforço gerou bons resultados de participação e superou a expectativa de integrantes. Na sequência, houve a apresentação das diversas delegações.

Para finalizar a noite, parentes e aliados foram convidados a celebrar um Dabucuri, celebração indígena do Amazonas, da região do alto Rio Negro. Dabucuri, na língua Nhegatu – de origem tupi –, tem o significado de partilha e agradecimento de alimentos e/ou conhecimentos. No VI FNEEI, o Dabucuri foi praticado como forma de agradecimento aos conhecimentos compartilhados durante o início do evento.



Dados sobre a Participação

@ 560 Participantes ao total, sendo 462 Indígenas e 98 Não indígenas:



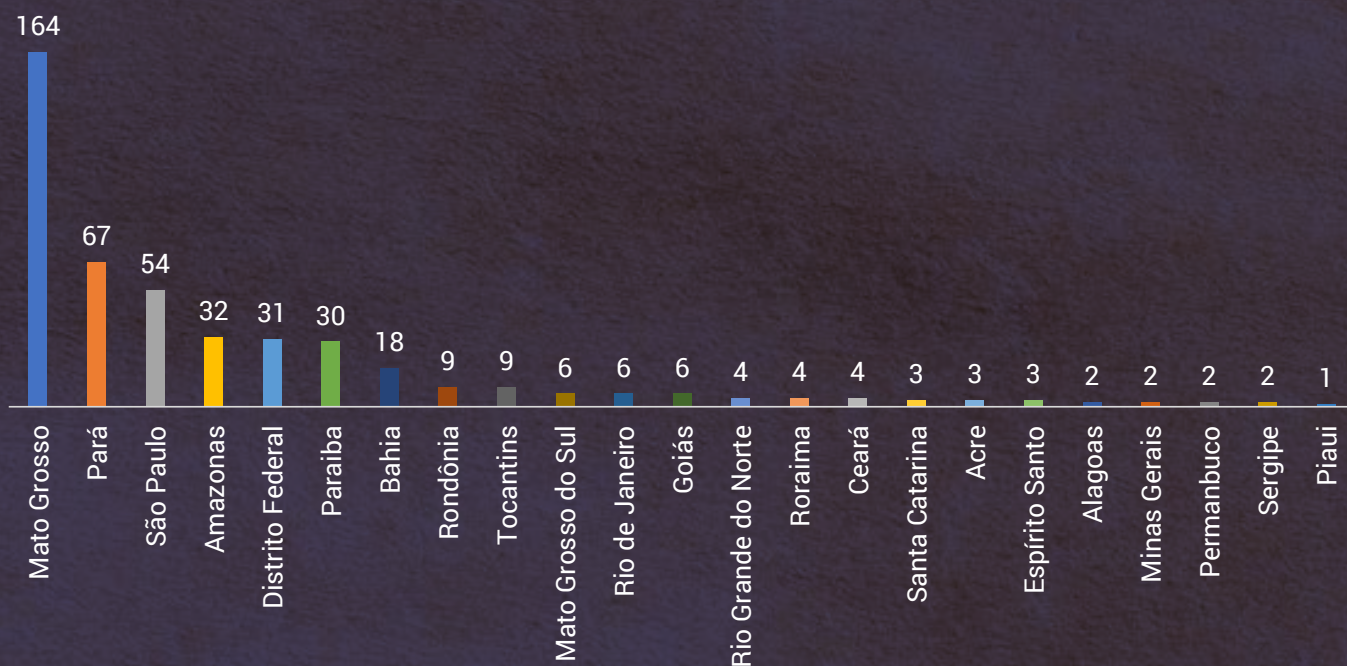
@ Participantes por estado:

Acre - 3
Alagoas - 2
Amazonas - 32
Bahia - 18
Ceará - 4
Distrito Federal - 31

Espírito Santo - 3
Goiás - 6
Mato Grosso - 164
Mato Grosso do Sul - 6
Minas Gerais - 2
Pará - 67

Paraíba - 30
Pernambuco - 2
Piauí - 1
Rio de Janeiro - 6
Rio Grande do Norte - 4
Roraima - 4
Rondônia - 9

Roraima - 4
Santa Catarina - 3
São Paulo - 54
Sergipe - 2
Tocantins - 9



116 povos/etnias participantes no FNEEI:

| | | | |
|---------------|----------------|----------------|---------------|
| Aikanã | Juruna | Maku Nadeb | Sabanê |
| Aikewara | Kaiabi | Marubo | Sakyrabiat |
| Apiaká | Kaiowá | Maxakali | Sateré-Mawé |
| Apurinã | Kaingang | Mayoruna | Suruí |
| Arapuim | Kaiowa | Mbya Guarani | Suya |
| Arara | Kajakati | Mebegrokre | Tapirapé |
| Araweté | Kalapalo | Mehinaku | Tapuia |
| Asurini | Kamaiura | Mehipoko | Tariano |
| Atikum | Kambeba | Miranha | Tenharin |
| Awará | Kambiwá | Munduruku | Terena |
| Aweti | Karajá | Mura | Tikuna |
| Bakairi | Karajá-Xambioá | Myky | Tikuna Maguta |
| Baniwa | Kariri-Xocó | Nawa | Tukano |
| Baré | Karitiana | Oro Waram | Tumbalalá |
| Boe Bororo | kayabi | Paite-Suruí | Tuparí |
| Borari | Kayapó | Panará | Tupi Guarani |
| Bororo | Khisêjtê | Pankará | Tupinambá |
| Cujubim | Kiriri | Pankararu | Umutina |
| Dessano | Kttsute | Parakaná | Wanano |
| Fulni-ô | Kykatejê | Paresi | Wapichana |
| Gavião | Kokama | Paresi Haliti | Wauja |
| Guajajara | Kojubem | Parkatêjê | Waurá |
| Guarani | Krahô-Kanela | Pataxó | Xakriabá |
| Guató | Krenak | Pataxó Hãhãhãe | Xavante |
| Gurani Mbya | Kubeo | Pykany | Xerente |
| Haliti Paresi | Kuikuro | Piratapuia | Xikrin |
| Ikpeng | Kurâ Bakairi | Piratapuya | Xipaia |
| Javaé | Kuruaya | Potiguara | Xukuru |
| Jiahui | Macuxi | Rikbaktsa | Yudja |







Agenda de diálogo sobre as Propostas Prioritárias para a Educação Escolar Indígena

O dia 1º de dezembro de 2022 foi marcado pela agenda de diálogo entre o plenário do FNEEI com integrantes do Governo de Transição do Governo Lula, áreas de Educação e Povos Indígenas, e com o Grupo de Trabalho de Educação do Ministério Público Federal (MPF):

- 🌀 Lideranças representantes do FNEEI estiveram presencialmente com membros do GT de Educação, em Brasília-DF, e apresentaram documento e pontos para uma educação escolar indígena que respeite os modos de vida. Participantes do FNEEI acompanharam a reunião de forma remota, por transmissão online, em Luziânia-GO;
- 🌀 Membros do GT de Povos Indígenas do Governo de Transição estiveram em Luziânia-GO para ouvir o pleno do FNEEI e elucidar sobre o desenho do Ministério dos Povos Indígenas;
- 🌀 Também dentro do ciclo de diálogos, o plenário do FNEEI se reuniu virtualmente com o Grupo de Trabalho de Educação do Ministério Público Federal (MPF) para definir as estratégias conjuntas de atuação.

Foi acordado que os documentos finais aprovados nas últimas duas conferências nacionais de educação escolar indígena continuam sendo referências e bases para a política nacional de educação escolar indígena de forma mais ampla, assim, os itens apontados como prioritários para o Governo de Transição, demandam implementação em caráter emergencial.

Comissão no encontro com o Governo de Transição - GT Educação

Coordenação FNEEI

Gersem Baniwa, Rita Potyguara e Lúcia Alberta Baré

Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)

Alberto Terena

Representante da União Plurinacional dos Estudantes Indígenas (UPEI)

Seribi Tukano

Representantes educadores indígenas

Norte - Alva Rosa Tukano (FOREIA)
Nordeste - Sônia Potyguara (OPIP)
Centro-Oeste - Lucas Xavante
Sudeste - Fernanda Xakriabá
Sul - Davi Guarani Mbyá

Representantes das IES

Ana Maria Rabelo Gomes (UFMG)
Beleni Salete Grando (UFMT)
Joelma Alencar (UEPA)

Propostas Prioritárias para a Educação Escolar Indígena

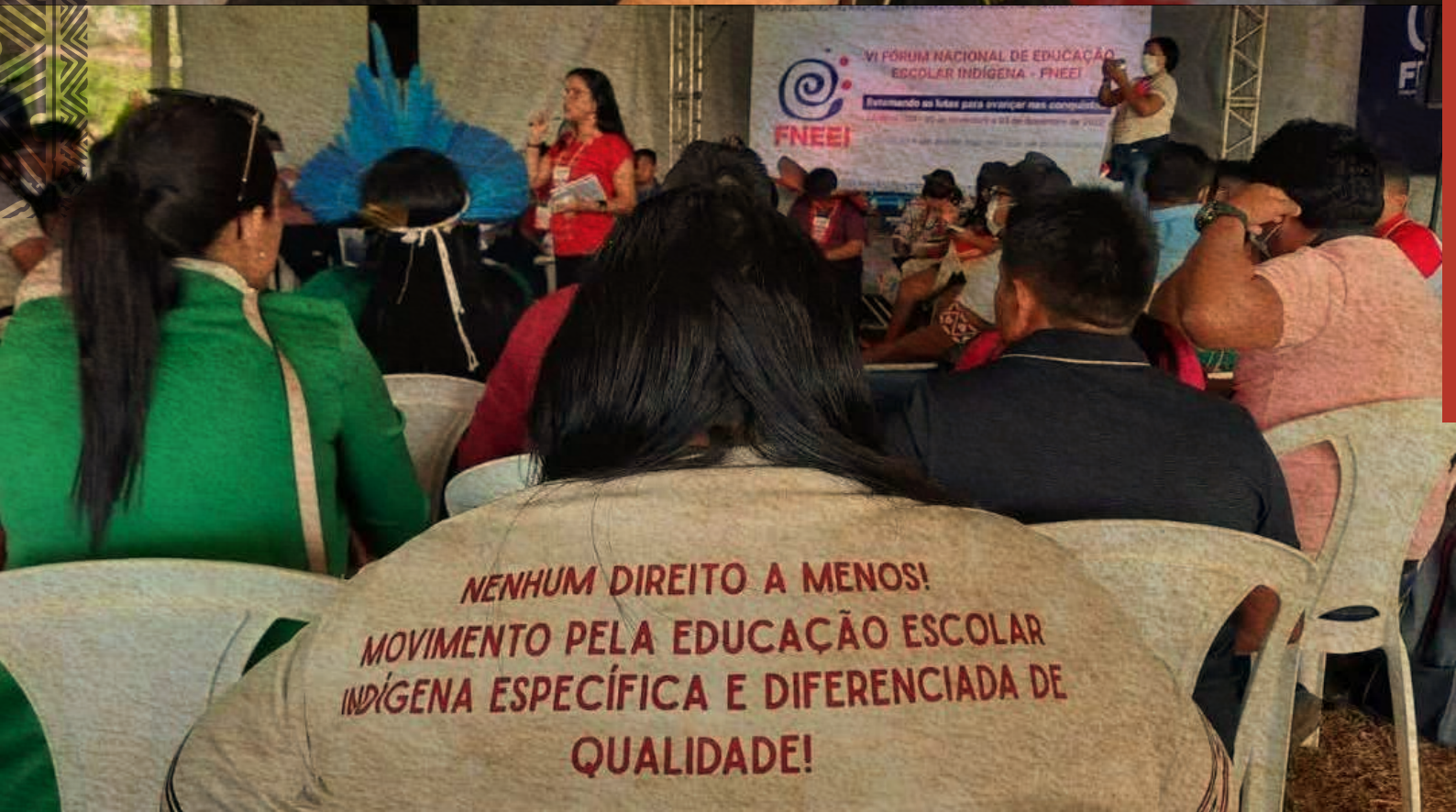
Para o programa do governo eleito, definimos como pontos de alerta a garantia de direitos educacionais específicos para os povos indígenas através de políticas públicas de Estado, e como propostas prioritárias:

- 1) Criar no MEC a Secretaria de Educação Escolar Indígena (EEI), gerida majoritariamente por profissionais indígenas, e estabelecer formas iniciais (a serem posteriormente detalhadas e consolidadas) de articulação com as demais secretarias do MEC.
- 2) Criar um fundo específico para a EEI de forma a garantir o financiamento da educação básica, assegurando a implementação do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND), do programa Saberes Indígenas na Escola, a consolidação do programa Bolsa Permanência para graduação e pós-graduação, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) Diversidade, Observatório da Educação Escolar Indígena e ampliação da oferta do Ensino Médio Indígena nas Terras Indígenas de forma a se constituírem como política de Estado.
- 3) Garantir a melhoria da infraestrutura física e tecnológica das escolas indígenas através da elaboração e gerenciamento dos recursos do Programa de Ações Articuladas (PAR-Indígena), de outras formas de execução direta assim como a gestão comunitária e autogestionária. É imprescindível garantir o custo amazônico diferenciado no financiamento das infraestruturas das escolas indígenas na Amazônia.
- 4) Criar programas específicos para os povos e/ou regiões e para os povos de recente contato com casos graves de violação de direitos humanos à educação, tais como: Yanomami/Ye'kwana (RR e AM); Guarani-Kaiowá (MS); Parakanã (PA); Munduruku (PA); Alto Rio Juruá (AM).
- 5) Revogar o Decreto 9.759/2019 que extinguiu, dentre outras, a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena.

Os Documentos finais aprovados pelas últimas duas conferências nacionais de educação escolar indígena (CONEEI I e CONEEI 2) continuam sendo referências e bases para política nacional de educação escolar indígena mais ampla.







Diagnóstico da Educação Escolar Indígena



Também durante o dia 1º de dezembro as delegações se reuniram para fazer um diagnóstico dos estados e municípios sobre as dificuldades que a Educação Escolar Indígena enfrentou nos últimos quatro anos.

“O Fneei é um marco para educação escolar indígena, porque tende a definir a configuração da nossa educação pros próximos anos” disse Dioclécio Mendonça, do povo Potyguara do Rio Grande do Norte (RN). O indígena, que também coordena a discussão, reforçou que a dinâmica de grupos “tende a construir as propostas para reestruturar a educação escolar indígena no nosso país”.

Após a apresentação do diagnóstico por cada delegação, todos os itens citados foram categorizados tematicamente e aproximados em seu teor. A aproximação permitiu a produção da síntese dos doze itens mais citados, buscando trazer os temas mais recorrentes e representativos para as delegações presentes no FNEEI. Os relatos produzidos pelos grupos estão mantidos em sua forma original e constam na seção de anexos, para serem consultados, se necessário.

Os tópicos a seguir seguem organizados por categorias temáticas a partir das mais recorrentes.

Diagnóstico da Educação Escolar Indígena nos últimos quatro anos

1 Carreira de professor indígena

A questão mais recorrente na temática sobre a carreira foi o concurso público. Indica-se a necessidade de criação de vagas efetivas para professores indígenas e realização de concursos públicos. São problemas: contratações temporárias sem realização de concurso específico; terceirização; falta de regulamentação da carreira de Professor Indígena; o piso salarial nacional dos professores não é respeitado, não havendo garantia da isonomia salarial; o direito à licença remunerada pela qualificação. O concurso público para professor indígena deve incluir os falantes da língua indígena.

2 Formação de Professores Indígenas

A ausência de formação continuada apareceu como um problema recorrente. Em alguns casos, há, até mesmo, a falta de formação inicial em magistério e/ou licenciatura intercultural, assim como a inexistência de formação específica intercultural. Em relação à pós-graduação a falta de financiamento, como a licença remunerada para qualificação e bolsas de pós-graduação, foi indicada como problema.

3 Infraestrutura e Construção

Neste tópico foram levantadas necessidades diversas, a começar pelo fornecimento de água, energia elétrica e internet. Há necessidade de aquisição de equipamentos de informática, construção de quadras, laboratórios multiuso, laboratórios tradicionais próprios e estruturas pedagógicas específicas (conforme o nível de ensino, como a educação infantil e ensino médio). Há necessidade de realizar os projetos de construção da infraestrutura tendo em vista a acessibilidade arquitetônica e também a destinação de espaços para receber professores de outra aldeia. Foram referidos também os problemas para condução do processo de licitação e de falta de recursos.

4 Desmantelamento das Políticas Públicas e Financiamento

Desmantelamento das políticas públicas e descontinuidade dos financiamentos foram fortemente evidenciados, caracterizando o tema tanto em nível nacional, quanto em nível local. Ganhou força a diminuição de recursos, diminuição de espaços de participação e controle social, de estruturas específicas e profissionais, além do o acesso aos recursos, inclusive com a burocratização dos procedimentos.

5 Educação Superior

Foram expressivos os destaques sobre a Educação Superior abordando o financiamento, o corte de bolsas e de outros recursos para a permanência na graduação e pós-graduação. Em algumas instituições de ensino superior não houve a continuidade dos processos seletivos para as licenciaturas interculturais.

6 Currículo da Educação Escolar Indígena

Foi fortemente enfatizada a imposição do currículo externo não aceitando o currículo intercultural, específico e diferenciado em níveis local e estadual. Foi enfatizado o retrocesso com a imposição da BNCC para as escolas indígenas.

7 Conselhos Estaduais e Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena

Foi indicada a inexistência de conselhos de educação escolar indígenas que acarreta a limitação de gestão e a garantia de recursos. Foi referida ainda a dificuldade de consulta pela ausência de representação indígena nas diferentes instâncias, dentre elas, nos conselhos nacional, estaduais e municipais de educação.

8 Material Didático e Projeto Saberes Indígenas na Escola

Destacou-se a falta de material didático e de recursos para garantir a elaboração, produção, impressão e distribuição de materiais didáticos. Foram referidos os problemas provocados pelo desmonte do Programa Ação Saberes Indígenas na Escola.

9 Línguas Indígenas

Não há garantia de continuidade de contratação de professores da língua e cultura indígena e de preparação adequada para essa função. Houve introdução de língua estrangeira em substituição a línguas indígenas sem consulta, sem materiais e preparação para essa imposição cultural. Para salvaguardar as línguas indígenas, é necessário que se crie uma política linguística que abarque o currículo de todos os níveis e modalidades da educação, inclusive o concurso público que inclua os falantes da língua indígena.

10 Merenda Escolar

Foram denunciadas a falta de recursos, a não garantia de alimentação diferenciada e a não priorização dos produtos das próprias comunidades. Foi indicada a necessidade de regionalização da alimentação escolar, com a participação da comunidade escolar, inclusive no âmbito dos conselhos de alimentação escolar, criando dispositivo para identificar as despesas do orçamento direcionadas à educação escolar indígena no âmbito do Ministério da Educação, nos moldes da alínea “r” do Art. 158 da Lei nº 14.436/2022.

11 Ensino Médio

Foi criticada a implantação do ensino técnico sem atender às especificidades das comunidades, assim como foi fortemente apresentada a necessidade de implantação e manutenção do Ensino Médio e Técnico Profissionalizante adequados, em consonância com as necessidades e interesses dos povos indígenas.

12 Educação Básica

Foi reforçada a necessidade de garantir o acesso à Educação Básica Indígena com todas as suas especificidades em todos os níveis e modalidades.

Foram identificados os problemas com o transporte escolar, a necessidade de apoio aos gestores indígenas nas escolas e à representação política em diferentes instâncias para garantir as temáticas próprias da Educação Escolar Indígena. Foi indicada a necessidade de uma articulação para garantir a implantação e continuidade dos Territórios Etnoeducacionais e ressaltada a importância de parcerias para a implementação dos programas específicos para a Educação Escolar Indígena.



*O que eu posso fazer enquanto professora/
professor para melhorar a EEI?*

*O que eu enquanto técnico/gestor posso fazer
para melhorar a EEI?*

*O que eu enquanto membro da Universidade
posso fazer para melhorar a EEI?*

*O que nós indígenas podemos fazer para
melhorar/consolidar o FNEEI?*

Estratégias para atuação conjunta

Logo na manhã do terceiro dia de evento, 2 de dezembro, Josué Kaingang apresentou aos participantes do VI FNEEI as políticas de financiamento da educação vigentes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e Caminhos da Escola foram algumas das políticas de apoio financeiro destacadas durante a fala.

De acordo com Josué Kaingang, além dos programas, existem atividades integradas que podem valorizar ainda mais a educação feita pelos povos indígenas nos territórios. Dados sobre os recursos disponíveis por região foram ressaltados para que as lideranças e professores tenham acesso à informação do montante para apoiar as iniciativas da educação indígena.

"A partir do próximo ano nós estamos com uma agenda de formação de gestores indígenas para gerir os recursos e usar dentro do espaço escolar", explicou o Josué durante a finalização da sua fala para os parentes indígenas no VI FNEEI.

Continuando as atividades do dia, os participantes do VI FNEEI fizeram uma reflexão interna. Rita Potyguara puxou os questionamentos para as delegações. A ideia foi discutir entre os grupos o que os educadores e gestores indígenas podem fazer para melhorar a educação escolar indígena.

Além disso, os parentes foram convidados a refletir sobre a consolidação do FNEEI e como as delegações podem fortalecer o Fórum.

Síntese das Estratégias apresentadas pelos diferentes participantes do VI FNEEI

Estratégias para a Articulação Nacional do FNEEI

Mobilização para discussão da EEI

- Os participantes apontam como estratégia de organização do FNEEI a criação e a mobilização por fóruns locais, estaduais e regionais para discutir a EEI em suas várias dimensões: pedagógica, didática e administrativa, de acordo com as articulações dos povos indígenas em cada contexto, com participação das lideranças, professores e estudantes.
- Criação de grupos/ equipes/ comissões responsáveis por discutir a EEI na aldeia, na TI, no movimento estadual e nacional indígena.
- Indicação para que cada edição do FNEEI seja mobilizada, articulada e coordenada por uma região anfitriã específica, semelhante aos modelos utilizados no ENEI, nas reuniões da Década das Línguas Indígenas e na APIB.
- Nova Estrutura de Organização e Articulação do FNEEI:

Instâncias ou redes:

1. Fórum Nacional – Assembleia Geral (bianual)
2. Encontro Anual dos Fóruns Estaduais e Municipais de EEI
3. Coordenação Executiva composta por coordenações estaduais ou regionais
4. Secretaria Executiva com equipe de apoio
5. Fóruns ou Organizações Estaduais ou Regionais de Professores Indígenas ou de Educação Escolar Indígena
6. Fóruns ou Organizações Municipais ou locais de Professores Indígenas ou de Educação Escolar Indígena

Instituições de apoio:

1. Associação Nacional de Pesquisadores Indígenas
2. Instituto Indígena de apoio técnico e administrativo

Compartilhamento, comunicação e visibilidade

- Estabelecer redes de comunicação e visibilidade no compartilhamento das aprendizagens e produtos do FNEEI com lideranças nas comunidades e em diferentes instâncias de gestão, nas secretarias de educação e outras instituições da sociedade, visando contribuir para uma perspectiva nacional das questões políticas e especificidades da EEI. Elaboração de relatórios com avaliação dos desafios e estratégias de enfrentamento nas diferentes instâncias dos fóruns locais, regionais e nacional. Realizar ações como multiplicadores nas bases das propostas e discussões apresentadas no FNEEI.

Diálogos, parcerias e desafios

- Destacam-se, para o fortalecimento do movimento de base, o diálogo e a consolidação de redes de parcerias para financiamento coletivo e articulação da organização dos professores indígenas. Criação de conselho de educação escolar indígena nos estados e municípios.

- Destaca-se a necessidade de interlocução com outros movimentos sociais, a exemplo dos jovens indígenas, e com os órgãos governamentais como secretarias e universidades, e não governamentais como CIMI e outros.

Participação e configuração do FNEEI

- Inserir a presença e participação dos estudantes universitários indígenas como forma de consolidação do FNEEI, trazendo suas pautas e contribuições. Definir quantitativo por delegação no fórum nacional e nas demais instâncias.

Estratégias a partir dos Professores indígenas

Formação, conhecimento e valorização dos saberes

- Ter ciência e compromisso com o papel de ser professor indígena e conhecer os cinco princípios da Educação Escolar Indígena: comunitária, específica, diferenciada, bilíngue, intercultural. Saber diferenciar a educação indígena, a educação escolar indígena, e a educação não indígena. Foi reiterada a necessidade das formações continuadas, de se conhecer a legislação, do aperfeiçoamento nos conhecimentos científicos e nos conhecimentos tradicionais, e a capacitação da equipe gestora. Foi reiterada também a importância de se promover a “formação humana, política e social” dos professores e das professoras indígenas.
- Ressaltou-se a importância de o professor conhecer os saberes tradicionais do seu povo; aprofundar os conhecimentos indígenas e fortalecer a política de diálogo intercultural entre os povos. Foi reafirmada a importância de trabalhar e promover a participação dos anciões, caciques, raizeiros entre outros, como forma de valorizar a medicina tradicional no diálogo com a escola, respeitando as especificidades e os conhecimentos tradicionais ancestrais.

Estratégias pedagógicas, metodologias e produção de materiais didáticos

- Compromisso com a transmissão dos diferentes conhecimentos, assim como criar espaços de diálogos com os estudantes indígenas, considerando a importância do ensino intercultural para preparar as crianças e jovens para os desafios atuais. Construir um planejamento que busque desenvolver a qualidade das metodologias, estratégias pedagógicas, materiais didáticos e paradidáticos específicos voltados ao fortalecimento da nossa identidade cultural, investigando como se aprende em cada povo, de forma a garantir a qualidade da EEI. Manter diálogo transparente com lideranças, professores, gestores e secretários.
- Organizar a partir das experiências das escolas, junto aos órgãos de gestão, a produção e publicação (edição e impressão) de materiais didáticos específicos para atender aos direitos da escola da comunidade.

Articulação, participação e compromisso com a comunidade

- Ter compromisso com a comunidade e a escola, fortalecendo a articulação e participação nos eventos tradicionais de valorização da pessoa e da identidade indígena, assim como ter

compromisso com a organização do povo para reivindicação dos direitos dentro e fora dos territórios indígenas. Fortalecer primeiramente as participações efetivas da comunidade nas ações de educação escolar, a fim de garantir a especificidade cultural e linguística da matriz curricular e do calendário, assim como na formulação do PPP.

- Promover a articulação e diálogo com as instâncias de gestão e com as diferentes organizações indígenas.

Valorização das línguas indígenas

- Valorização da pessoa e identidade indígena, através do fortalecimento da língua e da cultura, assim como do aprimoramento da língua portuguesa. Considerar as línguas indígenas como línguas de instrução e como meio para construção de saberes na escola, considerando a língua como recurso que mantém a cultura viva. Foi reafirmada a importância das línguas indígenas no processo de formação dos professores e na produção coletiva de materiais didáticos.

Estratégias a partir dos Gestores

Estratégias a partir dos Gestores das Escolas

Descolonização das políticas públicas, fomento de diálogos e articulação para o fortalecimento dos direitos e saberes indígenas.

- Garantir gestão democrática e planejamento participativo em diálogo com as lideranças; fomentar e garantir atuação efetiva dos conselhos escolares para melhor controle social dos direitos específicos da educação escolar indígena. Potencializar a articulação e o compromisso com a comunidade e a qualidade da EEI.
- Articular palestras voltadas à educação escolar, promover parcerias com universidades para pesquisa e extensão, fomentar formações para a análise de conjuntura social da vida cotidiana das comunidades e escolas e alinhar as políticas de Educação Escolar Indígena com os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) dos territórios.
- Promover o aprofundamento de conhecimentos sobre os aspectos legais, antropológicos, políticos, sociais e culturais, para melhor atender à educação indígena. Fomentar produção de textos e documentos para subsidiar aprofundamento dos conhecimentos e saberes da gestão administrativa e financeira da EEI e promover intercâmbios permanentes entre equipes de gestão e das escolas.
- Fomentar as formações dos gestores da EEI nas secretarias municipais e estaduais de educação; construir relações democráticas que respeitem e garantam os direitos específicos nas escolas e territórios indígenas.
- Articular e promover reuniões intersetoriais, por exemplo, com a Procuradoria Geral do Estado, dos municípios e do MPF, a fim de difundir amplamente os direitos específicos da EEI e garantir políticas públicas em diferentes instâncias administrativas.
- Contribuir para que nas instâncias do município e estado sejam fortalecidas as políticas que garantem a especificidade da EEI, rompendo com a fragmentação disciplinar do currículo e a não valorização da cultura indígena na escola.

● Fortalecer as instâncias de controle social fomentando a representação indígena nos conselhos de educação nos diferentes níveis, municipal, estadual e federal, e promover a criação de conselhos estaduais de educação escolar indígena.

● Cobrar demandas específicas junto às instâncias administrativas do município e estado e trabalhar para garantir a inclusão e remuneração dos detentores dos saberes tradicionais, como pajés, lideranças, artesãos, anciões, benzedeiros, parteiras, raizeiras no contexto da escola indígena. Manter a unidade do movimento indígena, conhecendo e contribuindo com os dispositivos legais que regem processos seletivos e concursos específicos para as escolas indígenas junto aos municípios e estados.

● Realizar parcerias com as universidades para desenvolver projetos de pesquisa e extensão e consolidar meios de participação direta com as organizações e comunidades indígenas nas redes municipais e estaduais.

Estratégias a partir dos Gestores de municípios e estados

Descolonização das práticas e fomento de políticas para o fortalecimento dos direitos e saberes indígenas.

● Viabilizar o acesso dos representantes indígenas a espaços institucionalizados, nos órgãos dentro das secretarias estaduais e municipais e garantir a participação nos conselhos de educação escolar para atender à especificidade dos direitos dos povos indígenas.

● Viabilizar parcerias com as universidades para promover formações continuadas que atendam às especificidades das escolas.

● Garantir o desenvolvimento de projetos que fortaleçam os direitos específicos da EEI e a inserção dos seus saberes nos diferentes espaços de organização e documentos que as orientam: PPDE (Programa Dinheiro Direto na Escola); Matriz Curricular e Calendário escolar, PPP (Projeto Político Pedagógico) específicos.

● Respeitar e cumprir a convenção 169, realizando o direito de consulta em toda política pública; reconhecer as demandas e dar os devidos encaminhamentos para garantir os direitos à EEI nos processos de gestão e funcionamento administrativo e pedagógico das escolas, inclusive a garantia da inclusão e remuneração dos detentores dos saberes tradicionais (a exemplo dos pajés, lideranças, artesãos, anciões, benzedeiros, parteiras, raizeiras), em consonância com o contexto de cada comunidade em seu território.

● Promover processos seletivos e concursos públicos nos municípios e estados, que atendam aos princípios legais e aos direitos da especificidade da EEI, garantindo o diálogo com as comunidades, lideranças e gestores escolares.

● Conhecer com maior profundidade o dia a dia da escola indígena e garantir o cumprimento dos direitos legais e do acompanhamento pedagógico das unidades, em cada etapa/nível da oferta do ensino, complementando a ação da gestão nas instâncias do estado (município e estado).

● Garantir a infraestrutura e o funcionamento necessário às escolas; auxiliar as lideranças indígenas e gestores nas resoluções dos problemas em constante diálogo e planejamento participativo com a comunidade. Agilizar a tramitação dos processos que chegam à gestão da coordenação indígena para atendimento às demandas das escolas e comunidades.

Estratégias a partir das Universidades e demais parceiros da EEI

Projetos de pesquisa e extensão e permanência estudantil

● Foi reafirmada a importância de se desenvolverem projetos de pesquisa e extensão a partir de anseios e necessidades das escolas e comunidades indígenas, com articulação na pós-graduação e graduação, priorizando seus saberes, suas culturas e suas línguas. Providenciar equipamentos internos para acolhimento dos estudantes indígenas e sua manutenção e permanência nas atividades das universidades.

Acesso à educação superior e articulação/compromisso com as comunidades

● Construir uma política da educação superior que seja efetiva na promoção das ações afirmativas junto aos povos indígenas, assegurando as necessidades urgentes e promovendo a reparação histórica. É necessário ampliar vagas, para além das licenciaturas, e estimular os jovens com adequada veiculação de informações sobre os programas existentes. Desenvolver atividades nos territórios indígenas e nos campi universitários. Construção e implementação de uma rede de Universidades Indígenas.

Formação e material didático

● Promover diálogos para oferta de cursos que possam atender às realidades da educação escolar indígena dos diferentes povos. Buscar promover a formação e os Planos Políticos Pedagógicos para uma atuação crítica e que possam garantir a continuidade da remuneração como professores e gestores indígenas. Foi dada ênfase à necessidade de produção de materiais específicos de autoria indígena.

Valorização dos saberes, das línguas indígenas e descolonização do conhecimento

● O diálogo e a escuta atenta das lideranças e anciãos das aldeias são um caminho importante para o fortalecimento espiritual de várias partes constitutivas dos territórios. Fortalecer políticas linguísticas e convênios com linguistas indígenas para desenvolver projetos educativos. Como docentes universitários, avançar na descolonização de si, do próprio pensamento e dos modos de produção de conhecimento. Promover a visibilidade dos estudantes indígenas nas instituições.

Políticas públicas, infraestrutura, inclusão tecnológica, educação inclusiva, diálogos e parcerias

● Ampliar corpo docente, criar núcleos e/ou departamentos, alocar recursos e tempo, adaptar estruturas para acolhimento e promoção da presença e para qualificar as atividades dos estudantes indígenas nas IES. Implementação da Lei 11.645 nos cursos de graduação e pós-graduação, com maior valorização dos profissionais indígenas. Realizar convênios com Estados e Municípios para implementação da EEI. Promover a construção da educação inclusiva na EEI. Cumprir a Convenção 169 na definição dos cursos, assim como atuar nos conselhos superiores das IES para levar as demandas indígenas.







Considerando o aumento de casos Covid-19 e a fim de salvaguardar a saúde dos participantes, a Plenária Final prevista para realização no dia 03 de dezembro de 2022, de forma presencial, foi adiada e realizada na modalidade virtual, em 12 de dezembro do mesmo ano.



Compromisso do Movimento Indígena Brasileiro pela Educação Escolar Indígena

A Plenária Final do VI Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena - VI FNEEI teve como objetivo discutir e aprovar o Documento Final do VI FNEEI, incluindo os itens:

- ⌚ Aprovação do documento com Propostas Prioritárias para a Educação Escolar Indígena em diálogo com a Comissão de Transição do Governo Lula;
- ⌚ Apresentação e discussão sobre o diagnóstico da Educação Escolar Indígena nos últimos quatro anos;
- ⌚ Apresentação e discussão sobre as estratégias para atuação conjunta na Educação Escolar Indígena;
- ⌚ Discussão e aprovação da Carta Compromisso do Movimento Indígena Brasileiro pela Educação Escolar Indígena.

Além da discussão acerca do Documento Final, a Coordenação Geral do Fórum apresentou a prestação de contas com os custos investidos pela arrecação coletiva e de parceiros.

Os participantes reunidos também puderam fazer uma breve avaliação do encontro e submeter para aprovação cartas das delegações no âmbito do Fórum: (1) Carta Aberta do Movimento Indígena ao Governador do Estado do Amazonas; e (2) Carta Reivindicatória das lideranças e professores(as) indígenas das escolas municipais e estaduais de Mato Grosso. Os dois documentos constam na seção de anexos.



Carta de Compromisso do Movimento Indígena Brasileiro pela Educação Escolar Indígena

Reunidos/as entre os dias 30 de novembro e 03 de dezembro de 2022, no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia-GO, por ocasião do VI Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena, nós, participantes de 22 estados, 116 Povos Indígenas e mais de 500 pessoas, representando o coletivo indígena de todo o país, somado às educadoras e educadores indigenistas, membros de organizações governamentais e da sociedade civil organizada, evidenciamos o contexto de retrocessos e violações de direitos no campo da educação escolar indígena, mas também o cenário de esperanças e possibilidades com o novo governo Lula a partir de janeiro de 2023, firmamos aqui o compromisso de continuarmos na defesa e luta pela Educação Escolar Indígena específica, diferenciada e de qualidade em nossas aldeias e territórios, em conformidade com nossas tradições, culturas, línguas, espiritualidades, pedagogias e epistemologias, nos seguintes termos:

I. Estrutura e Organização do FNEEI:

Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena – Assembleia Geral de 2 em 2 anos.

Fóruns Estaduais e Municipais de Educação Escolar Indígena.

Encontros Nacionais dos Fóruns Estaduais e Municipais de Educação Escolar Indígena.

Coordenação Executiva do FNEEI.

Secretaria Executiva do FNEEI.

Instituto Indígena de Apoio Técnico e Administrativo.

Associação Nacional de Pesquisadores Indígenas.

II. Criar e organizar Grupos Temáticos de Educação Escolar Indígena junto às aldeias, terras e organizações indígenas.

III. Criar rede de compartilhamento, comunicação e visibilidade da educação escolar indígena, tendo como objetivo principal a produção de relatórios com a avaliação dos desafios e estratégias locais, nacional e regional.

IV. Elaborar e publicar um Caderno de Orientações legais, administrativas e pedagógicas da educação escolar indígena.

V. Estimular e apoiar a criação e fortalecimento dos Conselhos de educação escolar indígena nos estados e municípios.

VI. Incentivar a presença e participação dos estudantes indígenas universitários no FNEEI.

VII. Incentivar e apoiar a Formação Continuada nas áreas de gestão administrativa, pedagógica, conhecimentos tradicionais, identidades e culturas indígenas para professores/as, gestores/as, técnicos/as e lideranças.

VIII. Assumir o compromisso com a autodeterminação das comunidades e escolas indígenas, garantindo a autonomia e protagonismo local e indígena.

IX. Valorizar e promover as línguas indígenas como línguas de instrução, oral e escrita, nas escolas indígenas e na produção de materiais didáticos de autoria indígena.

X. Mobilizar processos de descolonização das políticas públicas de educação escolar indígena.

- XI.** Atuar para combater o racismo estrutural e institucional nas diferentes instâncias representativas na educação escolar indígena garantindo o protagonismo indígena.
- XII.** Não aceitar não indígenas nos cargos de gestão docente e administrativa da escola indígena.
- XIII.** Fomentar a gestão democrática e planejamento participativo das escolas em diálogo com as lideranças, anciãos/ãs, pais e mães, inclusive por meio do fortalecimento dos conselhos escolares e dos Territórios Etnoeducacionais.
- XIV.** Construir e apoiar parcerias com as Instituições de Educação Superior para pesquisa e extensão a fim de fomentar formações permanentes voltadas à análise de conjuntura da vida nas aldeias e alinhar as políticas de educação escolar indígena com os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs).
- XV.** Contribuir para a implementação de currículos inter e transdisciplinares e interculturais.
- XVI.** Promover o reconhecimento dos detentores dos saberes tradicionais e apoiar iniciativas e processos para a remuneração destes sábios com notório saber no âmbito da educação básica e superior.
- XVII.** Ocupar espaços públicos institucionalizados nos sistemas de ensino e participação nos Conselhos de Educação para garantir as especificidades dos direitos dos povos indígenas.
- XVIII.** Lutar pelo cumprimento da Convenção 169/OIT nos processos de gestão e funcionamento administrativo e pedagógico das escolas indígenas, no tocante a consulta prévia e informada dos povos, comunidades e escolas indígenas, respeitando e garantindo os seus direitos de autodeterminação.
- XIX.** Lutar pela realização de concursos públicos específicos nos municípios e estados para profissionais da educação escolar indígena.
- XX.** Lutar por uma infraestrutura digna e pelo funcionamento adequado das escolas indígenas.
- XXI.** Incentivar e apoiar projetos de pesquisa e extensão a partir dos anseios das escolas e comunidades indígenas, priorizando os seus saberes, culturas e línguas.
- XXII.** Apoiar a construção e implementação de uma política de educação superior indígena efetiva na promoção das ações afirmativas junto aos povos indígenas.
- XXIII.** Levar a sério a necessidade da escuta atenta aos anciões das aldeias para o fortalecimento espiritual, descolonização do pensamento e dos modos de produção de conhecimento.
- XXIV.** Lutar pela garantia de política de acolhimento e permanência dignas com adequado financiamento dos estudantes indígenas no educação superior.
- XXV.** Fomentar e mobilizar a implementação da Lei 11.645/2008 na educação básica e superior e pós-graduação.







VI FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA - FNEEI

Retomando as lutas para avançar nas conquistas

Luziânia | GO - 30 de novembro a 03 de dezembro de 2022

A educação é um direito, mas tem que ser do nosso jeito!

Anexos

Página 32 - Anexo 1: Dados sobre a Educação Escolar Indígena (2021)

Página 34 - Anexo 2: Programação Prevista

Página 36 - Anexo 3: Lista de participantes

Página 41 - Anexo 4: Diagnóstico apresentado pelos diferentes participantes do VI FNEEI

Página 51 - Anexo 5: Estratégias apresentadas pelos diferentes participantes do VI FNEEI

Página 60 - Anexo 6: Carta Aberta do Movimento Indígena ao Governador do Estado do Amazonas

Página 62 - Anexo 7: Carta Reivindicatória das lideranças e professores(as) indígenas das escolas municipais e estaduais de Mato Grosso



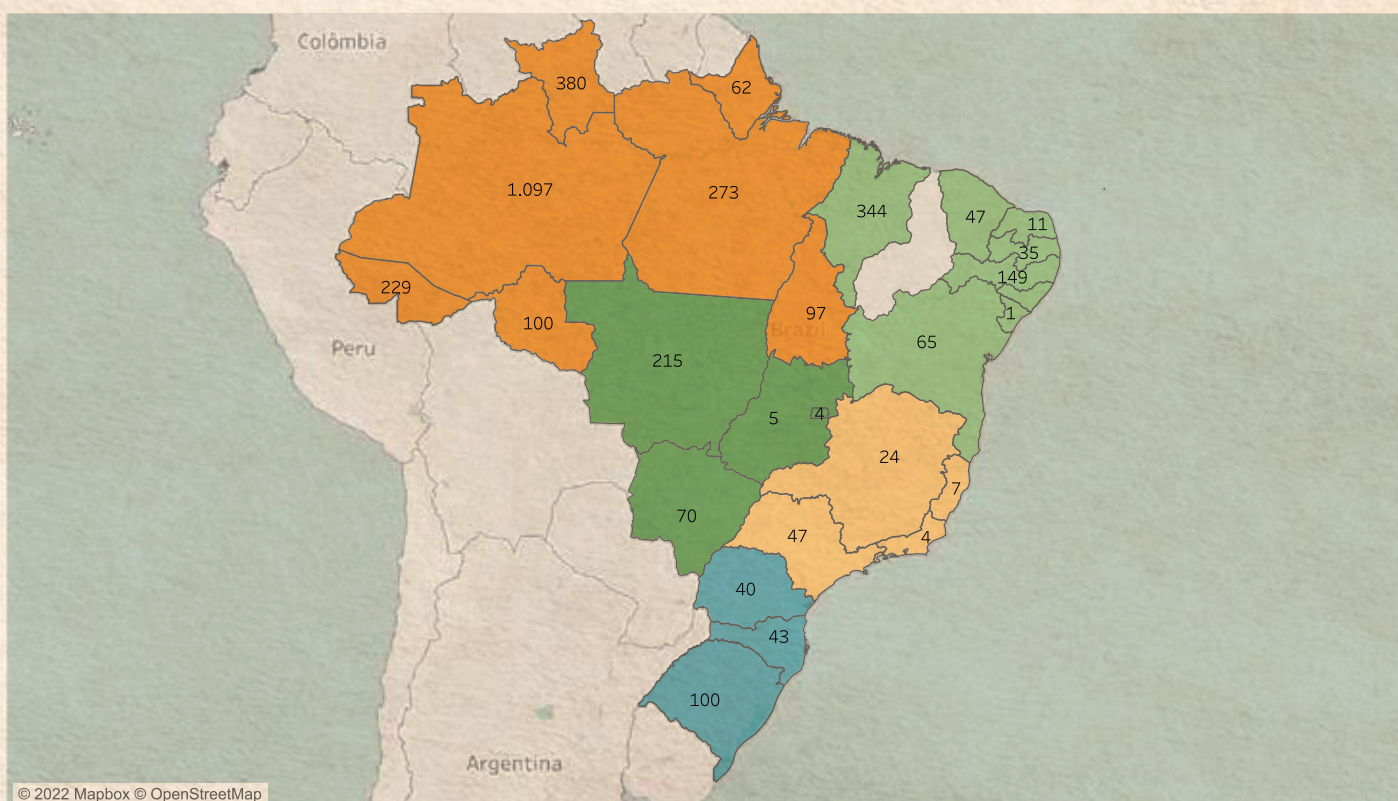
Anexo 1: Dados sobre a Educação Escolar Indígena (2021)

🌀 Dados sobre Escolas Indígenas

🌀 Dados sobre Docentes (Ensino Fundamental e Médio)

🌀 Dados sobre Matrículas (Ensino Fundamental e Médio)

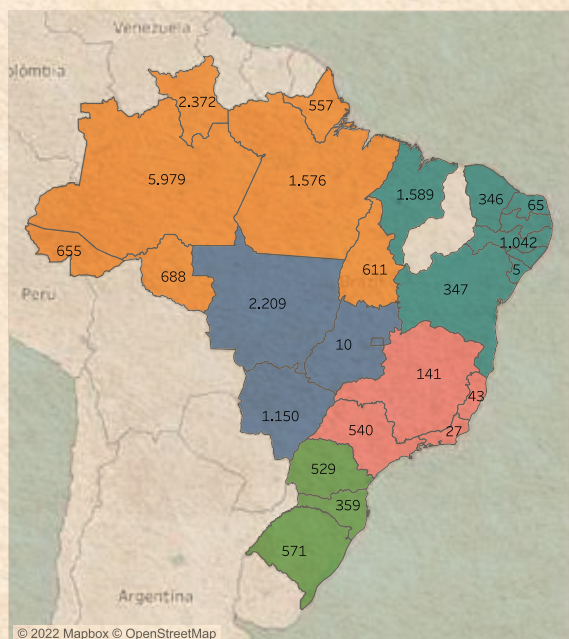
Escolas Indígenas por Regiões por Estado, 2021



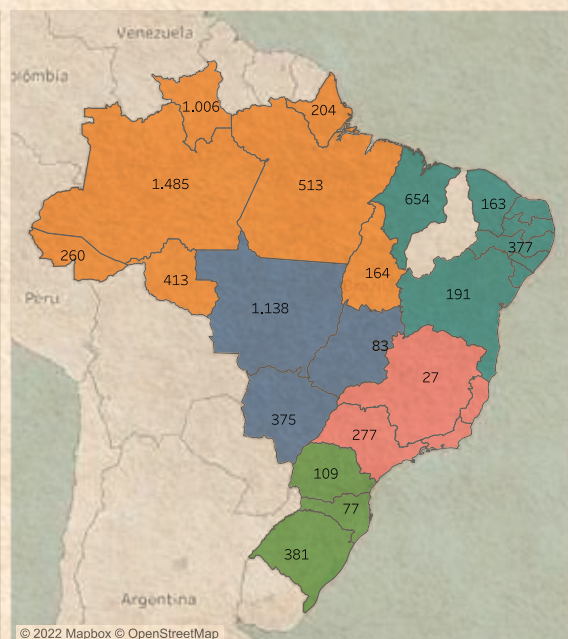
© 2022 Mapbox © OpenStreetMap



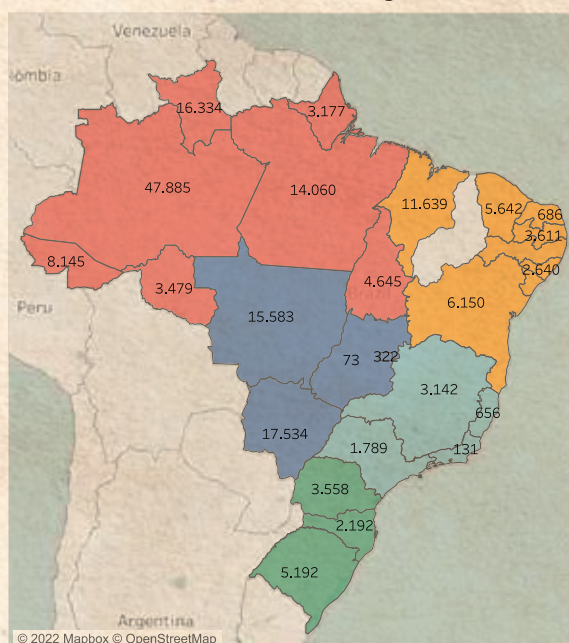
Docentes por Regiões por Estado do Ensino Fundamental nas Escolas Indígenas, 2021



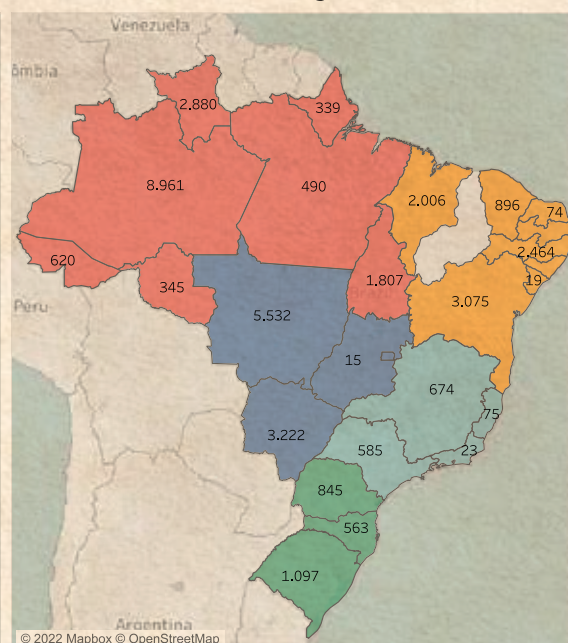
Docentes por Regiões por Estado do Ensino Médio nas Escolas Indígenas, 2021



Matrículas por Regiões por Estado do Ensino Fundamental nas Escolas Indígenas, 2021



Matrículas por Regiões por Estado do Ensino Médio nas Escolas Indígenas, 2021



Mapas: Elaboração por Laise Lopes Diniz com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Anexo 2: Programação prevista



PROGRAMAÇÃO DO VI FNEEI

30/11 – quarta-feira

Manhã/Tarde

Chegada das delegações

Noite

18h30 – Jantar

19h - Recepção dos convidados

- Abertura do VI FNEEI
- Acordos de convivência
- Apresentação das Delegações
- Contextualização Geral
- Dabucuri do VI FNEEI

21h – Encerramento

01/12 - quinta-feira

Manhã

8h – Abertura cultural

8h30 - Orientação para os Trabalhos em Grupo

Grupos de Trabalho:

1. Educação Superior, Acesso e Permanência, PROLIND;
2. Orçamento e fundo para a Educação Escolar Indígena;
3. Ensino Médio, Educação Infantil, Material Didático, Línguas Indígenas.

12h – Almoço

Tarde

14h: Reunião com representante do MPF e Comissão de Transição do Governo Lula

15h - Deliberação do VI FNEEI

Planejamento do VII FNEEI

Estruturação do FNEEI

18h – Encerramento

18h30 – Jantar

19h30 – Noite Cultural

21h – Encerramento

02/12 - sexta-feira

Manhã

8h – Abertura cultural

8h30 - Apresentação dos Grupos de Trabalho

12h – Almoço

Tarde

14h - Informes Gerais

16h – Jogo do Brasil

18h30 – Jantar

19h30 – Continuidade das agendas do FNEEI

21h – Encerramento

03/12 - sábado

Manhã

8h – Abertura cultural

08h30 - Construção de propostas para a Carta do VI FNEEI

Assembleia geral de encaminhamentos

Encerramento do VI FNEEI

12h – Almoço

Tarde

Retorno das Delegações



Anexo 3: Lista de Participantes

Acre

Elenira Oliveira Gomes Apurinã
José Tarisson Costa da Silva
Karl Marx Oliveira Gomes N Apurinã

Alagoas

Ana Claudia dos Santos Péres
Geninara Nunes Pires de Lima

Amazonas

Adenilson dos Santos Cavalcante
Adriel Sales da Conceição
Altaci Corrêa Rubim
Alva Rosa Vieira
Ana Claudia Martins Tomas
Anderson Jesus Viana Arantes
Andrei Cardoso Pinto
Augusto Cesar Rocha de Alencar
Chris Luanna Vieira Coimbra
Claudia Martins Tomas
Dario Casimiro Baniwa
Edilson Marcolino Lopes
Elane Castro dos Santos
Eliane Batista Menezes
Eraldo Menezes do Nascimento Junior
Francisco Cruz da Costa
Gersem Luciano Baniwa
Hemily Pastanas Marinho
Isaias Monteiro Mendonça
Izares Ramos da Silva
Joede Pereira Michilis
Kátia Barbosa Coutinho
Lúcia Alberta Andrade de Oliveira
Maria do Carmo Custodio
Marlete Cruz da Costa
Matheus José Santos da Silva
Nayara dos Santos Ribeiro
Nilcelio R. Jiahui
Paulo Ramos da Siva
Roberta Enir Faria Neves de Lima
Roselinda Batista Rodrigues
Rosenilda Rodrigues de Freitas Luciano
Sansão Ricardo Flores

Bahia

Daniel Navarro do Nascimento Carvalho
Demile Silva Amaral
Elenilson Passos Pereira
Erica Souza da Silva Ferreira
Fabio Pereira de Carvalho
Fabio Silva Coelho
Hênio da Silva Santos
José Carlos Batista Magalhães
Juliana Santos Barbosa
Kailane dos Santos Gonçalves
Kaleby Farias de Jesus
Katiane Queiroz Pereira dos Santos
Lais dos Santos
Maria Geovanda Batista
Maria Leidiane Marinheiro da Silva
Renato Farias de Jesus
Tatiane Queiroz Pereira

Ceará

Kally Karinne Damasceno
Nohemy Rezende Tbanel
Rita Gomes do Nascimento
Silvana Teófilo Machado

Distrito Federal

Alicia Silva Uchôa Correia
Aline Quintão
Altaci Corrêa Rubim
Alvaro Xukuru
Antonisio Lulu
Arthur Naishe Pires de Lima
Bárbara Alves Nonato
Carlos Kleber dos Santos pires
Cristiany Togojobado de Matos
Daniela Saima de Aguiar
Darilson Satiosnimo Flores
Djoan Cruz de Souza
Enuá Kamayura
Grasiela Santos Pereira
Iahegi Iakube Kuikuro
Jesue Fernandes da Silva
Jociano Marco Januário
Junior Xukuru
Lademir Mae'yma Tapirapé

Leonel Alcides da Silva
Letícia de S. Aquino
Lucas Barbosa de Melo
Luciano Nunes Ribeiro
Luiz Carlos Lages
Marinildes Pires Francisco
Oziel João Filho
Roger da Costa Felipe
Toponoyê Júnior Xukuru
Yago Naishe
Yamular Kamaiura

Espírito Santo

João Luiz Simplicio

Goiás

Almir Henori Abtsire
Maria Aparecida Ferraz de Lima
Mônica Veloso Borges
Talita Naiara de Aguiar
Wellington Vieira Brandão

Mato Grosso

Adeilda Katoaxowa Tapirapé
Agnaldo Rondon Kogapi
Aisanain Páltu Kamaiwra
Alex Karaxipa Tapirapé
Alexandro Kamiri Tapirapé
Alice Rondon Aunalo
Andreia Naique Taukane Pereira
Antonina da Silva
Arivaldo Takwariri Tapirapé
Assolnaun Paltu Kamaiwra
Awaetepytyga Tapirapé
Awajatu Aweti
Awakatu Kayabi
Awayatu Aweti
Baventura Walua Xanon
Beleni Saléte Grando
Berenice Redzani Toptiro
Bernardina Renhere
Bismarck Warinimyta Tapirapé
Boaventura Walua Xanon
Bruna Togojobado de Matos
Caimi Waiassé Xavante
Cirenio Reginaldo
Cleideane Tajpaxowoo Tapirapé
Cristiane Juruci
Cristina Leite Tukumã
Darlene wudore
Darlente Yaminalo Taukane
Deijalsina Gonçalves da Silva

Denilson Kaxipai Tapirape
Dionísio Mairaiup
Douglas William Pereira
Durcivânia F. Kawit
Edilson Krixí Morimã
Edilson Pereira Santos
Edina Sales Apayga
Edna Monzilar
Elainy Togojobado de Matos Pontes
Eliseu Waduipi Tsipré
Eliwelton Z. Rondon
Filadelfo de Oliveira Neto
Franciley Castro
Francisca Navantino P. Angelo
Gesilene Aikdapa
Gilson Ipaxi'awyga Tapirapé
Givanildo Rikbaktsa
Hitsi kuikuro
Hukai waura
Igor Silva de Sousa
Inima Lacerda Krenak
Iranildo Arowaxeo'i Tapirapé
Irepai tapirape
Isabel Teresa Cristina Taukane
Isaias Munis Batista
Izabelly Iawaiu de Macedo
Jamto suya
Jarral Kajawytyga Tapirapé
João Gilberto B. Tsiminido
Jonas Quirino
Jonas Xajawytyga Tapirapé
Jones de Adenilson M. Crixí
Jotikia Panara
Júlio César Issagare Cuiava
Junior Kaxowario Tapirapé
Juscimara Bokodari
Jussara Borocereudo
Jywateju Kayabi
Kaimara Sanderson Tapirapé
Kamairao'i Tapirape
Kaminairu Mawaku
Katypyxowa Graciela Tapirapé
Kaue Kapulupikalapalo
Kavisgo Txicão
Kenrokti Kayabi
Klebson Awararawoo'i Tapirapé
Kohizinho kalapalo
Korotowi Taffarel
Koxamytyga Carla Tapirapé
Lau Bruno Xulu Waura
Leandro Nenezokae
Leidiane Jucaniro Pauaca
Lucas de Albuquerque Oliveira

Lucas Rurio
 Lucinda do Carmo Siroujup Kayabi
 Maijugri Max Kuikuro
 Maisa Aitime Taukane
 Maísa Cuteme Taukane
 Maiua Meg Poanpo Txicão
 Maiuri Mehinako Kamaiura
 Makato Tapirape
 Makatu Kayabi
 Makaulaka Mehinako
 Marawi Tatiana Tapirape
 Marayky Anjinho Tapirape
 Marcapainygo Tapirapé
 Marcelo Manhuari Munduruku
 Marcio Monzilar Corezomae
 Mareaparygi Lisete Tapirape
 Mareapawygo Tapirapé
 Marexapytyga Tapirapé
 Maria Geni Pereira Bilio
 Maria Margarete Noronha Valentim
 Maria Meg Poanpo Txicão
 Maria Valdenize Sal Munduruku
 Marinho Uluco Xerente
 Mariuce Campos de Moraes
 Marivania Wabaha
 Matheus da Costa Teles
 Mayawari Mehinaku
 Mayukute Aparatu Tuhu waura
 Mônica Cidele da Cruz
 Natanael tserea
 Neide Gereguinha
 Neudvania Onaezokenazokaerose
 Nhokre Juruna
 Nilson Tserewatsa Tsa'e'omo'wa
 Onésimo Tseredzadzi'iwê
 Osvaldo Corezomae Monzilar
 Patricia Naiara S. Komajura
 Pedro Norokemar
 Penuan Mehinako
 Pomerquenpo Txicão
 Reinaldo Okaraxowa Tapirape
 Renata Sirajup Mendes Tamana
 Rideel Moraes S. Fernandes
 Romildo Pereira Kuruguguemagudo
 Rônulo Tsereruo
 Rosilene Pairaka Taukai
 Rosinei koa'aro Tapirape
 Sasha Kanuapalo Sapyghe
 Sebastião Ferreira de Souza
 Sepe Ragati kuikuro
 Soenil Clarinda de Sales
 Sokierã Panara
 Suzete da Silva Galdino

Tahegi Iakupe Kuikuro
 Takaktum Metuktire
 Tamakowygi Tapirapé
 Tariapyra Lailson Tapirapé
 Taropa Tapirapé
 Tawaiku Juruna
 Tempty Suyá
 Tereza Cristina Kezonazokero
 Thaís Mareapawyga Tapirape
 Toixigoo Tapirapé
 Txapina Juruna
 Umenã Myky Iranxe
 Valmir Ipawygi Tapirapé
 Wagner Monantha Sousa Moraes
 Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira
 Waranaku Aweti
 Waraxowo'i Maurício Tapirapé
 Wellington Krozolele
 Wermbytxi Suyá
 Willian Mars Cristiano Nozokemar
 Winurru Surui
 Wyraiwi Adriano Tapirapé
 Xargeyma Benilto Tapirapé
 Xario i Carlos Tapirape
 Xisto Tserenhi ru Tserenhimi rami
 Yaconhongrati Suyá
 Yalau Waurá
 Yapariwá Kaiabi

Mato Grosso do Sul

Alberto França Dias
 Celia Reginaldo Faustino
 Cristiane Machado da Silva
 Ifigeninha Hirto
 Luciane Machado da Silva Guimarães
 Teodora de Souza

Minas Gerais

Ana Maria Rabelo Gomes
 Fernanda Gonçalves de Oliveira da Cruz

Pará

Adenilson Alves de Sousa
 Adilene Aikrepeiti Ribeiro Airompokre
 Aldenira Juruna Arara
 Aleandro Karo Munduruku
 Aline da Silva Lima
 Ana Maria Brito Ribeiro
 Andrey Mendes Vieira
 Awapinima Parakanã
 Bekroiti Xikrin
 Bemoro xikrin

Bep Moronti Xikrin
Bep Tô Xikrin
Bepaka Xikrin
Catarina lima Cavalcante
Claudio Xamkrarrio Poprere Ajanare
Clever Sena dos Santos
Dayane Nascimento Marques
Deuzimar tarraçana karaja
Eliete de Jesus Bararuá Solano
Ervelys Silva Ramos
Fernando Juruna
Gabriela Liedtke Becker
Giandria kaba Munduruku
Ioleth Nascimento
Isaías munduruku
Ivanir Datie Karikafu
João Luís Nascimento Curuaia
Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar
Jõprãmre Rãrãkre Jõkũmti Parkatêjê
José Osmar
Kaiore xikrin
Kaipran Kayapó
Katarina Iara Gomes
Katop Ti Xikrin
Katoprere Xikrin
Kenmy Kaiapó
Kokokai xikrin
Kuten Araweté
Kwatirei Asurini
Laise Lopes Diniz
Lídice Juruna
Mabore Xikrin
Mapin Arara
Maria Eliete Felix Juruna
Maria Ellen Regina Rocha da Silva
Marlete dos Santos Gomes
Muapemy Asurini
Mydjere Kayapó Mekrangnotire
Natanael Jacinto Pereira
Nilckson Lisboa Lima
Paloma Juruna
Panh'o Kayapó
Raimundo Mota
Rainericy Quintino
Rogéria Dias Kuruaya da Silva
Rosivaldo Xipaia
Samia Cristina de Lisboa
Tânia Cristina Buena Aureliano
Tatji Arara
Tekore xikrin
Tear Xikrin
Timbektodem Arara
Tyrybe Kayapó

Vanderlan Coelho dos Santos
Vera Arapiun
WaraWara Xipaya dos Santos
Wenurru Suruí
Y Teu Araweté

Paraíba

Adelso Francisco dos Santos
Aguynaiary Pontes Pessoa Gomes
Antonio Pessoa Gomes
Clebson Bernado dos Santos
Cleiton de Azevedo Silva
Cristiane Ferreira Padilha
Damile Silva Amaral
Denise Soares Maia do Nascimento
Erivaldo Antonio dos Santos
Genilson Silva de Lima
Glebson Bernardo dos Santos
Gustavo Gomes da Silva
Iraci Marculino dos Santos
Isabel Cristina do Carmo Viana
Isaías Marculino da Silva
Isaías Marculino da Silva
Jailson dos Santos Ameliano
Joana Artur Damasceno
Joilson dos Santos Aureliano
Leandro da Silva Ramos
Luciane da Rocha Domingos
Magna Jeane A. M. Silva
Maria Cleide dos Santos da Silva
Maria Cleonice Lima Santos
Maria Helena Pereira da Silva
Maria Sônia Barbalho de Macêdo
Miriam Gomes do Nascimento
Natlan Galdino da Silva
Pedro B. da Silva
Pedro Lôbo dos Santos
Rodolfo da Silva Santana
Tamilson Rodrigues da Silva
Tarilson Rodrigues da Silva

Permanbuco

Edivania Granja da Silva Oliveira
Jailton de Matos

Piauí

Maria do Socorro Silva

Rio de Janeiro

Amarildo Karay Mirim Yapua Nunes de Oliveira
Fernanda de Araújo dias
Karai Mirim Edson da Silva de Souza

Maria Martinha Barbosa Mendonça
Sarah Moura de Assis Coelho
Vanderlei da Silva

Rio Grande do Norte

Alex Cordeiro
Dioclécio Bezerra Costa
José Glebson Vieira
Regina Lúcia Emiliano Pinheiro

Rondônia

Geovane Tupari
Iliandro Sabanê
Inacio Karitiana
Iridio Aikanã
José Amaral da Silva
Jucilene Aikanã
Rozilene Magipo dos Santos
Samuel Oro Waram
Tiago Iteor Suruí

Roraima

Helena da Silva Cavalcante
Maria Deolícia Monteiro da Silva
Mary Agnes Njeri Mwangi
Rosivânia Demétrio Magalhães

Santa Catarina

Davi Timóteo Martins
Josué Carvalho
Sandra de Paula Santos

São Paulo

Alexandro Brito Xavier
Ana Kelly Talexio da Silva
Arikutua Waurá
Arlene fontes mourão
Arlison Wanano
Clair Elvinas Tsaibata Tse Tsioca
Claudiana Brazão Lopes
Dhyan Marã Assis
Diacarapo Darlene Pimentel Lana
Diana de Paula Pellegrini
Edione Ferreira Sena
Eliane Vasconcelos Saldanha
Ely willian vasques Catachunga
Erica Soares Assis
Erliane Maximiano Castro
Ester Lucyana Borges Carvalho
Fredy Vasques Catachunga
Geovana Luiz Pinto

Idelvane Brasil Lizardo
Janaina Pereira Vasques
Jean Wisley cordeiro
Jennifer Caroline P. Rocha
João Victor Marques Luciano
Jociane dos Santos Benjamim
Jociel Vasconcelos
Jocimar Pimentel Castilho
Jodirley da silva pereira
Joelson Antonio de Jesus
Leandro Pires Gonçalves
Lucia do Carmo Fontoura
Lucila Chaves Fonseca
Luzia Honório
Manuella Tsaibata Tse Apopi
Marcela Maria Torres Nonato
Marcia Braz de Araujo
Maria Elisa Martins Ladeira
Maria Isadora Freire Torres
Matheus Ferreira de Aquino
Mellyane Castro Olímpio
Nalbert Barreto
Nicoli olimpiao
Otacilio B da Costa
Paulinha Luiz Pinto
Paulo Jorge Pessoa mata
Rikelme kayak Cardoso Santos
Rosineia Pascoal Rodrigues
Sávio Marcos Vieira Santos
Sheldon Yupuri Barreto Gonçalves
Shelley de Jesus Barreto Gonçalves
Silvaney Garrido alemão
Thaís Larissa da Silva
Tulio Soares da Silva
Vera Lúcia Aguiar Moura
Yang Alfredo Florentino

Sergipe

Mailson Acacio dos Santos Melo

Tocantins

Adriano Dias Karajá
Amaré Gonçalves Brito
Ana Cláudia weiru javaé
Jose Eduardo Moraes de Araujo
Leonardo Sampaio Baleeiro Santana
Tiago Costa Rodrigues
Waxiy Maluá Karajá
Wilma Gomes



Anexo 4: Diagnóstico apresentado pelos diferentes participantes do VI FNEEI

Quais os desafios e avanços da educação escolar indígena dos últimos quatro anos em sua região?

Amazonas

Retrocessos

1. Formação de professores: não há formação por área de conhecimento que supram exigências dos concursos públicos; não há turmas de licenciaturas suficientes que supram a demanda dos povos do estado; bem como não há política instituída de formação continuada (Especialização, mestrado, doutorado);
2. Gestores e coordenadores: tem sido comum o desvio de funções, indígenas contratados como professores assumindo papel de gestores; aponta-se a pouca quantidade de indígenas em cargos de coordenação de educação escolar indígena no estado;
3. Concurso público: falta de concurso para professores indígenas;
4. Infraestrutura: merenda escolar: diferença entre a política de merenda das cidades e das escolas indígenas (não oferta de merenda escolar e qualidade inferior em relação às outras escolas); Na política de oferta de merenda escolar a produção agrícola nas comunidades indígenas não são privilegiadas para o contrato;
5. grande quantidade de salas anexas em detrimento de uma política de construção de novas escolas;
6. Espaços conquistados pela luta histórica do movimento indígena tem sido ocupado por pessoas não indígenas descompromissadas pela luta da educação diferenciada, em alguns contextos são cargos fantasmas;
7. Currículo: Retrocesso que a BNCC trouxe aos processos políticos pedagógicos e a consolidação de uma educação indígena específica, diferenciada e intercultural; retirada das línguas indígenas enquanto disciplinas nas escolas.

Desafios

1. Necessidade de um sistema de educação indígena;
2. Necessidade de formação continuada desde o magistério indígena, com o intuito de garantir o compromisso dos professores com a luta do movimento indígena;
3. Necessidade do apoio estadual para a consolidação de uma política voltada para a merenda escolar nas escolas indígenas.

Bahia e Pernambuco

Contexto Pernambuco

Existem cerca de 80 mil indígenas no estado pernambucano, com presença predominante no sertão, com 16 povos, e há também 2 no agreste; não existem povos indígenas no litoral.

1. A UNEB foi a primeira Universidade a implementar o Saberes Indígenas no Nordeste. No entanto, muitas verbas foram reduzidas. Na Universidade, existe um curso de formação decolonial para professores indígenas e quilombolas, que atende 60 professores e é construído com lideranças indígenas e quilombolas. Nas edições anteriores, existia ajuda de custo de R\$ 250,00 mensal, mas agora está sendo feito EaD, pois não há verba para custear o deslocamento e permanência dos professores no curso.
2. A liderança Pankararu, Zé da Cruz, afirma que o primeiro desmonte foi feito na participação da Conferência Nacional da Educação Indígena, que afetou as demais instâncias educacionais.
3. Desmonte da SECADI, da comissão nacional de educação escolar indígena e dos programas de formação dos professores indígenas em todo país.
4. Redução no número de bolsas para universitários indígenas, que garante a permanência estudantil indígena no ensino superior.
5. Dificuldade para dialogar com o governo sobre a educação escolar.
6. Redução de verbas governamentais para o funcionamento das escolas indígenas.

Contexto Bahia

1. Existe um movimento para criar a categoria de professor indígena. Para cada 10 professores, pelo menos 7 são municipais. Os avanços na Bahia são a reserva de 30% das vagas no estado, que firmam a categoria de Escola Indígena e de Professor Indígena. No entanto, não existem em todos os municípios a categoria de professor indígena.

2. Neste sentido, é fundamental:
 - a. Garantir a reserva de vagas nos concursos gerais de professores;
 - b. Criar a categoria de professor indígena na base dos estados e dos municípios que não foram criados.
3. É preciso garantir, também, a isonomia salarial para todos os professores indígenas, conforme a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), uma vez que professores indígenas recebem menos do que professores não-indígenas para exercer a mesma função, com mesma formação acadêmica e carga horária.
4. Além disso, precisa-se garantir a permanência dos estudantes indígenas universitários para se ter formação qualificada de professores nos concursos públicos.
5. No município de Belmonte, uma problemática está na designação da Escola Indígena no Núcleo Rural da Educação do Campo, de forma a não existir uma especificidade para Educação Indígena. Não há a categoria de professor escolar indígena, é necessário estrutura, coordenação técnica e pedagógica.
6. Nos municípios de Porto Seguro e Cabralia, há um vínculo bom com a prefeitura.
7. No município de Ilhéus, a Educação do Campo também é a responsável pela Educação Indígena.
8. Em Banzaê, existe o trabalho com a língua materna dos Kiriri, no entanto, a contratação REDA prejudica o trabalho do professor indígena, porque depois de 4-5 anos, não há recontração, interrompendo a continuidade do trabalho. Ou seja, o professor REDA é submetido à regra dos anos de exercício da docência, o que sabota o direito educacional indígena e a carreira de professor indígena. Sugestão de resolução da problemática é pensada em abrir um concurso público para efetivar o professor indígena após o ciclo de REDA. A regra institucional que limita a contratação desvinculada do concurso público sabota o direito do professor indígena.
9. Outra problemática presente no REDA se dá pela oferta de vagas: há uma menor quantidade de novas vagas do que as vagas que expiram, ocasionando um sucateamento do quadro de professores.
10. Essa forma de contratação de professores indígenas, principalmente na dinâmica dos professores de ensino da língua materna e cultura, é uma negação do direito à educação bilíngue (garantido pelo Artigo 231 da CF 1988 e LDB). O professor indígena se torna descartável com a contratação seletiva, não efetivada.
11. No município de Porto Seguro, existem quase 500 alunos e quase 40 profissionais que atuam desde o Ensino Infantil até o Ensino Médio, além do Preparatório para a Universidade. A Escola Indígena tem profissionais que são concursados pelo município de Porto Seguro. Este foi um critério escolhido pelos Pataxó, levando em conta questões de deslocamento, por exemplo. O contrato de professor é ruim, em que se garante remuneração por 10 meses e os outros 3 meses estão fora. Também está em tramitação a criação de um concurso público em 2023 específico para a TI Barra Velha.
12. Uma reivindicação importante é a preservação do professor indígena de língua materna e a criação de uma preparação/capacitação diferenciadas para esses professores de língua materna e cultura.
13. A contratação temporária é uma sabotagem à carreira do professor indígena, impactando no direito fundamental à língua. Neste sentido, tem-se um agravante na violação dos direitos educacionais indígenas, porque a língua é fundamental para garantir uma educação diferenciada.

Gestão

1. Na Secretaria de Educação, não há estrutura de Educação Indígena no Rio Grande do Norte e na Bahia. Em Pernambuco, existe a Superintendência da Educação Indígena.
2. Em Belmonte (BA), existem 3 núcleos rurais, ou seja, existem 3 diretores. A Lei da Gestão Democrática segue a mesma perspectiva do RN: não é efetivo da rede, não pode ser candidato a diretor. Indígenas só estão tendo direito ao voto, não têm direito a terem candidatos.
3. É preciso reconhecer a excepcionalidade do direito indígena para garantir a eleição de gestores indígenas nas Escolas Indígenas!
4. Apesar dos ataques, há realidades que houveram avanços. Entretanto, é preciso trazer à tona a questão de que os ataques que impactam a educação escolar indígena não estão somente nas esferas institucionais, mas os ataques às comunidades, como por exemplo na TI Barra Velha que pistoleiros cercam as estradas e isso está fazendo com que estudantes fiquem fora das escolas.
5. São diversas formas de violência, inclusive o desmonte e a desarticulação dos movimentos: existe a violência física (ataque aos territórios) e ao mesmo existem as violências institucionais, simbólicas.
6. A título de exemplos de ataques pelo Estado que não garantem a educação escolar indígena:
 - a. Desmonte da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) como efeito dominó para os problemas de gestão da educação escolar indígena nos estados e municípios
 - b. Onde não há gestão específica, a Educação Indígena é a Educação do Campo. Onde tem gestão específica, não há os meios garantidos para efetivação, sem autonomia, não tem funcionários. É preciso criar institucionalmente as condições de trabalho e meios necessários para a gestão.
 - c. O grupo de Licenciatura Intercultural Indígena e dos cotistas da Bahia vem sendo garantido pela Universidade Estadual da Bahia, pois, o PROLIND não liberou recursos públicos.

Financiamento

1. É preciso existir garantia de destinação orçamentária nos termos constitucionais para a execução da política nacional da educação escolar indígena e o acesso à educação superior.

Pernambuco - Propostas para reivindicação pelo avanço da educação indígena

1. Recompôr os recursos retirados pelo desgoverno;
2. Retornar com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI);
3. Retornar com os cursos de formação indígena, como o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind), entre outros;
4. Retornar com o planejamento da criação de uma universidade específica para povos indígenas;
5. Aumentar a acessibilidade para cursos de todas as áreas nas universidades públicas para povos indígenas;
6. Garantir e conceder bolsas para permanência de graduandos e pós-graduandos de forma integral para indígenas;
7. Vestibular específico nas universidades públicas para povos indígenas;
8. Educação com acessibilidade: Contratação de profissionais de linguagem de sinais e educação especial indígenas;
9. Acompanhamento psicológico dentro das escolas indígenas;
10. Construção de escolas no estado de Pernambuco, sendo 15 em regime regular e 07 em regime emergencial, construções dessas mesmas escolas já estavam no orçamento do governo Bolsonaro ou seja apenas para colocar no orçamento do atual governo para serem construídas;
11. Disponibilizar recursos para manutenção e ampliação das escolas que estão em funcionamento;
12. Construção de quadras poliesportivas no interior das escolas indígenas;
13. Construção de creches nas aldeias;
14. Abastecimento regular de merenda nas escolas;
15. Retorno do Território Etnoeducacional;
16. Transporte escolar indígena de qualidade para o traslado dos estudantes até às escolas.

Ceará

1. Criação de uma estrutura organizacional para coordenar as políticas educacionais, voltadas para as populações do campo, e dialogar com os movimentos sociais respectivos, desde 2011.
2. Seleção de gestores das escolas indígenas, do campo, quilombolas e EFA, com base em legislação estadual específica.
3. Atribuição de cargos comissionados para o núcleo gestor das EI no mesmo patamar dos demais gestores da rede estadual de ensino e para todas as escolas (diretor escolar, coordenador pedagógico, secretário escolar e assessor administrativo-financeiro).
4. Seleção de professores temporários indígenas específica e diferenciada, com os mesmos salários bases dos demais profissionais da categoria.
5. Criação da lei autorizativa específica para a realização de concurso público para professores indígenas, e perspectiva de realização do concurso em 2023, no 1º semestre.
6. Oferta de licenciaturas interculturais, desde 2014 (1ª turma), pelas universidades: estadual (UVA) e federal (UFC); e do ensino médio na modalidade normal, desde 2000, pela Seduc.
7. Experiência de avaliação diagnóstica, formativa, específica e diferenciada para aplicação no ensino médio.
8. Garantia da não interrupção dos contratos temporários dos professores indígenas, na finalização dos anos letivos e início do ano subsequente.
9. Criação da Comissão Interinstitucional de Educação Escolar Indígena, com representantes indicados pelas etnias, para dialogar sobre as ações da Política com a Seduc e com a participação de outras instituições indicadas pelas etnias e suas entidades.
10. Disponibilização de bolsas para contratação de profissionais indígenas elaborarem material didático específico para os componentes curriculares de matemática e língua portuguesa do ensino médio, e para apoio à formação de professores nessas áreas.
11. Inclusão, nas normativas e orientações das Portarias de Lotação de professoras/es indígenas e, na de Matrículas das/os estudantes, das especificidades da oferta em cada escola indígena.
12. Inserção dos componentes curriculares da parte diversificada, arte, cultura, expressão corporal e espiritualidade indígena, no ensino fundamental anos iniciais.

Desafios que permanecem

1. Eleger a EQUIDADE e a INCLUSÃO como princípios estruturantes do espaço escolar, que acolha e respeite todas/os as/os estudantes em suas identidades étnico-raciais, de gênero, culturais, religiosas, condições de deficiência, transtorno do espectro autista (TEA), superdotação/altas habilidades e condições socioeconômicas, e assegurando para o período a produção, distribuição de materiais didáticos específicos para todas as etapas da educação básica, formação continuada e orientações pedagógicas e acompanhamento específico a educação infantil, ensino fundamental e médio dessas etapas.
2. Garantir um espaço permanente de diálogo com as lideranças e gestores indígenas, suas entidades representativas, no sentido de apoiar a elaboração e implementação de uma lei específica do Estado, que ampare as escolas indígenas em sua identidade e diferenciação no conjunto das escolas da rede estadual.

3. Garantir a elaboração, produção, impressão e distribuição de materiais didático-pedagógicos específicos para a Educação Escolar Indígena; Educação Escolar Quilombola; e para as Relações Étnico-Raciais; de modo a subsidiar processos de formação continuada, e em serviço, para todos os profissionais da educação.
4. Realizar, impreterivelmente em 2023, o concurso público para professores indígenas, autorizado em 2022.
5. Ampliar vagas para uma nova edição do concurso público para professores indígenas.
6. Criar a categoria de escola e professor indígena.
7. Apoio efetivo à iniciativa do movimento potiguatapuya, na reconstituição do tupi-nheengatu.
8. Formação continuada para os profissionais que atuam em todas as etapas, em especial na EI e EF/anos iniciais.
9. Garantir, nas reformas, ampliações e novas construções de escolas, padrões básicos de infraestrutura e pedagógicos para atender às especificidades das etnias em cada regional/território, assegurando:
 - a. laboratórios multidisciplinares, quadras esportivas, parques infantis, campos experimentais, projetos arquitetônicos acessíveis, banheiros unissex de uso individual, bibliotecas e salas de leitura, equipamentos e materiais adequados ao público atendido (caso das escolas indígenas que ofertam creche e pré-escolas e anos iniciais do ensino fundamental);
 - b. melhoria de todas as Extensões de Matrícula (anexos) que ainda se impõem como necessárias à garantia do direito de acesso à escolarização;
 - c. propostas pedagógicas, currículos adequados e processos avaliativos que atendam a diferença da escola indígena.
10. Substituir todos os prédios escolares improvisados por estruturas físicas adequadas e diferenciadas para o funcionamento das escolas indígenas da rede estadual.
11. Garantir a aquisição e implantação de brinquedotecas, parques infantis e equipamentos e materiais didáticos específicos para escolas indígenas que ofertam creche e pré-escola.
12. Implantar laboratórios escolares multidisciplinares em escolas indígenas que ofertam ensino médio.
13. Criar quadras cobertas ou ginásios esportivos em escolas indígenas, em particular as que ofertam o ensino médio.
14. Melhorar o transporte escolar.
15. Criar uma estrutura organizacional mais robusta, na Seduc, com maior autonomia e recursos orçamentários e financeiros, voltada para as populações do Campo (Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação do Campo, contemplando as escolas do meio rural), e com a participação de representantes dessas populações nos cargos de gestão e das equipes técnicas.
16. Assegurar uma representatividade indígena na Câmara de Educação Básica no Conselho Estadual de Educação.

Goiás

Avanços

1. Reforma de todas as universidades educacionais;
2. Repasse de recursos de forma igualitária;
3. Reformar, equipar;
4. Criação do Fórum de Educação Indígena;
5. Concurso Público;
6. Intérprete bilíngue na rede estadual.

Retrocessos

1. Sem política pública voltada às comunidades tradicionais do estado, e sem garantia de continuidade das políticas existentes;
2. Flexibilização ou aquisição de recursos para a produção de material didático específico de cada comunidade;
3. Corte de recurso na universidade;
4. Corte de recurso na ação de saberes indígenas;
5. Concurso público no estado com mais vagas para professores.

Mato Grosso

Retrocessos

1. Imposição sem consulta da avaliação estruturada pela SEDUC, os materiais chegam prontos sem respeitar os direitos e especificidades de cada Povo;
2. Foram criadas as NRE/DRE (Núcleo Regional de Educação - Diretoria Regional de Educação) e os CEFAPROS foram extintos, os espaços dentro da DRE foram diminuídos, não há respeito a diversidade de nichos socioculturais específicos sendo todos atendidos num mesmo espaço (quilombolas, povos indígenas e demais povos tradicionais);
3. Como a SEDUC exclui pessoas do quadro de funcionários sem consultar as comunidades;
4. A redução de turmas nas salas anexas, e junção de turmas (turmas multi-seriadas);
5. O Governo não convida as lideranças de representatividade para participar da construção dessas novas propostas que são apresentadas para as comunidades;

6. O Estado implantou a “Avaliação de Fluência”, porém não tem nada incluso sobre língua materna, sendo que o ideal é que a SEDUC elaborasse uma avaliação a partir do professor indígena que está na comunidade;
7. O Estado apresenta propostas de ensinamentos técnicos como ideal de aprendizado para os alunos que estão finalizando o ensino médio, sem valorizar os ideais indígenas dos indivíduos dentro da comunidade;
8. Inserção do estudo de língua inglesa desde a educação infantil, sem nenhuma produção específica por Povo, com uma inequação pedagógica;
9. Necessidade de implementar a formação de professores e a garantia de bolsas de estudos para os alunos indígenas, continuidade do PROLIND e Ampliação dos Saberes Indígenas (incluir as universidades estaduais - UNEMAT);
10. O Conselho Educação Estadual Indígena está institucionalmente distante das escolas e comunidades indígenas por imposição da mantenedora;
11. Os municípios não tem orçamento para atender a educação básica, não foram apresentadas propostas para as escolas indígenas, quilombolas e do campo;
12. Estão transferindo o ensino médio para o profissionalizante, com a padronização, desrespeitando a política de participação dos conselhos do Estado do MT, não foi discutido com as escolas como será a organização pedagógica, eletiva, projeto de vida, percurso formativo, estão deixando a terra arrasada;
13. Sobre infraestruturas há burocracias no processo de licitação, transferências de recursos via sistema, falta de formação para solicitação de aplicação de recursos nas escolas indígenas;
14. Pouca articulação por parte da mantenedora no sentido de definir o público que o material deve atender (séries, por áreas, por componente);
15. Não temos representatividade dentro da Assembleia Legislativa que representem o Conselho e que apresentem as propostas da Educação Escolar Indígena, sendo necessário a busca por deputados não indígenas que levem e apresentem as propostas no estado;
16. Algumas lideranças indígenas estão sendo usadas por representantes do governo atual (sendo cooptadas) para implantar projetos e propostas sem a consulta das comunidades, colocando os próprios parentes em atrito com as lideranças tradicionais;
17. Não há previsão de divulgação do edital (vestibular) indígena nas universidades do MT - UNEMAT, uma turma está se formando e não há sinal de uma nova turma;
18. Não há garantia de formação de professores indígenas atendendo a locais específicos dentro do estado;
19. Os professores indígenas quando vão concorrer a mestrado ou doutorado, não tem direito a licença de especialização remunerada por não ser concursado;
20. Redução das bolsas permanência;
21. Fortalecer a normatização junto ao Conselho Estadual de Mato Grosso para dar condições de efetivar a escola específica e diferenciada;
22. Com a implantação do Novo Ensino Médio nas escolas indígenas é necessário recurso financeiro e adequação dos espaços (laboratórios de informática, Ciências, etc) para o trabalho com as eletivas e aumento de subsídios aos professores;
23. Garantia de recurso financeiro adequado para Alimentação Escolar aos estudantes Indígenas, em especial os alimentos tradicionais. Muita burocracia no processo de compra e prestação de conta dos produtos fornecidos pelas comunidades;
24. Ausência de profissionais indígenas nas mantenedoras da Educação Escolar Indígena;

Desafios

1. Garantia de Formação inicial e continuada;
2. Realização do segundo concurso público para os professores da rede estadual incluindo técnicos e apoio administrativo;
3. Produção de material didático-pedagógico específico com financiamento garantido para produção e publicação de cadernos pedagógicos específicos, atendendo, também os casos de estudantes que estão em rituais culturais;
4. Implementação de melhorias na infraestrutura das escolas indígenas, com projeto arquitetônicos que atendam as arquiteturas indígenas: conectividade (internet), equipamentos nas escolas, laboratórios, refeitórios, quadras poliesportivas, etc.)
5. Garantir avaliações internas e externas dentro das especificidades de cada povo, línguas e culturas...;
6. Criar através de leis Conselhos Estaduais de Educação Indígena em todos os estados da Federação;
7. Garantir ao Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena/MT, tenha condição de assessorar a SEDUC sede e as unidades descentralizadas;
8. Publicar através de Lei a política Educacional Indígena do Estado de Mato Grosso e garantir dotação orçamentária anual;
9. Articular Junto a Assembleias Legislativas, Câmaras de Vereadores, e apresentar as demandas indígenas dentro dos municípios em prol da melhoria do ensino escolar indígena;
10. Garantia de recursos para articulação, discussão e efetivação dos planos dos Territórios Etno-Educacionais reativando as ações e atividades voltadas para esses territórios;
11. Garantir o cumprimento das metas relacionadas a Educação Escolar Indígena nos Planos de Educação Nacional, Estadual e Municipal;

12. Criar uma equipe de trabalho multidisciplinar composta por professores indígenas (de cada povo) e colaboradores não indígenas, para produzir materiais didáticos-pedagógicos específicos; com garantia de logística adequada para esse fim;
13. Implementar a formação de professores e a garantia de bolsas de estudos para os alunos indígenas cotistas dos cursos regulares, continuidade do PROLIND e Ampliação dos Saberes Indígenas, incluindo as universidades estaduais no processo;
14. Elaborar uma Carta de reivindicação à Secretaria de Educação do Estado com vistas a divulgação do edital da UNEMAT;
15. Garantir a Consulta Livre, Prévia e Informada nas comunidades respeitando a legislação sobre Educação Escolar Indígena;
16. Retorno ao PIBID Diversidades;
17. Garantir a criação de uma bolsa estadual para os graduandos indígenas;
18. Criação de um Campus Universitário Indígena da UNEMAT específico e diferenciado com a garantia de recurso para sua manutenção;
19. Fortalecimento do calendário escolar específico por Povo, Escola no Projeto Político Pedagógico e por parte da instituições mantenedoras por meio do fortalecimento da legislação;
20. Garantia da continuidade dos projetos, programas de formação para professores em serviço;

Mato Grosso do Sul

1. Inicialmente nos últimos 4 anos as políticas públicas têm sofrido ameaças profundas por conta de que o mercado financeiro tem imposto às regras financeiras para “diminuir gasto e aumentar lucros” das grandes empresas nacionais e internacionais.
2. Por sua vez, temos governo que obedecem essas regras impostas pelo mercado, essas regras de mercado tem influências diretas nas políticas públicas importantes conquistadas no período do governo popular. Foram desmontadas em todas as modalidades de ensino: desde a educação infantil até a pós-graduação com corte de recursos que promoviam principalmente as ações de fomento da educação para a diversidade atingindo assim diretamente a Educação Escolar Indígena.
3. Anteriormente, o governo popular viabilizou, respeitou e implementou em parte as políticas públicas asseguradas para a Educação Escolar Indígena, valorizando os princípios da Educação Escolar conforme prevê as legislações nacionais vigentes para a educação escolar indígena. Estes poucos avanços que tivemos nos últimos 4 anos foram desmantelados e fragmentados devido aos cortes de recursos constantemente sofrido pelas instituições educacionais.

Desafios

Diante disso os desafios da Educação Escolar Indígenas são enormes. É necessário retomar todas as ações de políticas públicas que anteriormente já estavam garantidas e ampliar outras. O incentivo de fomento para desenvolver as ações voltadas para a Educação Escolar Indígena, como por exemplo:

1. garantir o recurso para a realização do curso de formação inicial de professores indígenas em nível de magistério e nível de licenciaturas interculturais e pós graduações;
2. garantir nos estados recursos e apoio, assessoria para que se cria o Núcleo de Educação Escolar Indígena para que se possa discutir e elaborar uma política pública voltada para o estado e município, como por exemplo o Concurso e Currículo diferenciado;
3. Além disso é necessário que os estados e municípios reconheça a categoria e regule a Educação Escolar Indígena para criar concurso público específico para garantir aos professores e às comunidades indígenas professores, gestores e administrativo de sua respectiva etnia;
4. Garantir recursos para a alimentação específica da merenda escolar para as escolas indígenas;
5. Garantir recursos para fomentar as políticas voltadas para a valorização das línguas indígenas.
6. Que seja responsabilizado, judicializado, por improbidade administrativa e violação de direito por não cumprimento do piso salarial conforme o FUNDEB, como foi esse ano de 2022, de 33,29%, a qual não foi cumprido, e em outros municípios salários atrasado, principalmente no que diz respeito aos Indígenas;
7. Garantir com financiamento a formação continuada professores com a Ação Saberes Indígenas nas Escolas Indígenas com ampliação em Municípios que ainda não tem.
8. Garantir recursos para que, em parceria Universidades, Conselho Tutelar, Assistência Social desenvolva trabalho de prevenção e orientação quanto ao uso e abuso de drogas; quanto ao abuso e violência contra crianças e adolescentes.
9. Garantir recursos para o desenvolvimento de políticas públicas para a Educação Especial.
10. Construir escolas indígenas com toda estruturas física, humana e mobiliário, principalmente banheiros e quadra coberta.
11. Que o Estado garanta o processo seletivo ou eleição de gestores exclusivamente Indígena moradores natos de sua Comunidade, nas escolas estaduais indígenas até que haja a realização de concurso públicos.

Minas Gerais

Avanços

1. 100% dos profissionais de educação são indígenas das comunidades;
2. As gestões das escolas são ocupadas por professores indígenas provenientes da própria comunidade indicado pelos Caciques e Lideranças considerando as competências necessárias para atuar na direção das escolas.
3. Currículo juntamente com a comunidade escolar bem como Caciques Lideranças considerando componentes curriculares específicos e diferenciado de acordo com a demanda da educação escolar indígena Xakriabá.

Desafios e Propostas

1. Prédios escolares que não atendem a demanda e especificidades da nossa educação, sucateado e com estruturas comprometidas, bem como falta de espaços para os alunos merendarem, ou mesmo desenvolvimento de atividades pedagógicas previstas pela escola indígena.
2. Falta de formação continuada para professores indígenas do Atendimento Educacional Especializado do AEE, professores dos anos iniciais, anos finais e Ensino Médio de cada ano e área de conhecimento de acordo com as especificidades da Educação Escolar Indígena.
3. Valorização e validação do magistério Indígena como formação inicial para atuação na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental;
4. Continuidade do Magistério Indígenas para atuação dos anos iniciais nas escolas indígenas Xakriabá, de forma intercultural entre os povos indígenas ou nos territórios de acordo com a construção coletiva e participativa em todo seu processo de implementação.
5. Designação de ASBs (serviçais) para atender demanda da Escola de acordo as necessidades, pois atualmente a mesma ASB que faz a merenda é a mesma a fazer a limpeza da escola.

Pará

Financiamento

1. Financiamento da educação escolar indígena na região, com o desmonte da SECADI que resultou na dificuldade de articulação com o MEC. Não ter referência da educação escolar indígena no MEC, que não tem apoio ao movimento indígena de educação;
2. Articulação dos povos indígenas no âmbito do estado do Pará;
3. Criação e consolidação da Política estadual de educação escolar indígena;
4. Financiamento para a elaboração da matriz curricular nas regiões/Estado;
5. Estruturação da CEEIND com a presença de profissionais indígenas;

Formação

1. Acesso ao Programa Forma Pará através das Instituições de Ensino Superior;
2. Principal desafio é ter professores indígenas atuando nas salas de aulas e na coordenação das escolas (PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS – Magistério Indígena e Licenciatura Intercultural em algumas regiões);
3. Corte de bolsas nas universidades, que resultou na desistência de muitos alunos que não tiveram condição de se manterem;
4. Efetivação dos profissionais da educação escolar indígena nos municípios e estado;
5. Formular documento de apoio aos povos do médio Xingu para as instituições de ensino superior e governos municipais e estadual;

Autonomia dos Povos Indígenas na Educação Escolar

1. Autonomia das comunidades indígenas para a implementação dos seus projetos políticos pedagógicos;
2. Garantir a inclusão dos conhecedores indígenas nos processos de ensino e aprendizagem das escolas indígenas.
3. A educação escolar indígena ser organizada com os modos de vida e cultura dos povos indígenas;

Ensino Médio

1. Implantação do ensino médio regular e semi-indígena nas aldeias indígenas;
2. Construção de escolas polo nas aldeias para implantação do ensino médio;
3. Implantação do ensino médio com polo específico para o ensino regular;

Ensino Fundamental

1. Definição de Matriz Curricular da educação básica indígena no estado do Pará;

Alimentação escolar

1. Programa de Alimentação Escolar seja implantado, garantindo a regionalização da merenda escolar;

Infraestrutura

1. Infraestrutura adequada nas aldeias para a implantação do ensino médio, como escolas polo de ensino médio;
2. Infraestrutura adequada nas aldeias;
3. Internet nas escolas indígenas;

Gestão e dependência administrativa

1. Criação do Conselho Estadual de Educação Indígena no Estado do Pará (ou Representante Indígenas nos Conselhos de Educação);
2. Estadualização das escolas indígenas na região que a população indígena define como preferência a dependência administrativa estadual;

Transporte escolas

1. Garantia da logística de transporte e apoio aos alunos e professores que atuam nas escolas indígenas de acordo com a realidade geográfica;

Avanços

1. Maior condição de funcionamento da CEEIND;
2. Aumento do número de professores indígenas atuando nas escolas indígenas;
3. Estrutura do TEEMX funcionando na região do médio Xingu;
4. Elaboração de referencial da educação escolar indígena e matriz curricular;
5. Programa de Formação de Professores Indígenas;
6. Criação de Coordenações/Divisões de Educação Escolar Indígena nas Secretarias Municipais;

Paraíba e Rio Grande do Norte

Paraíba

1. Remuneração não é de acordo com o piso nacional;
2. Descontinuidade de formação continuada (PB/RN);
3. Estrutura física: falta ampliação de espaços, acomodações;
4. Falta inclusão de detentores dos conhecimentos tradicionais e culturais nas escolas indígenas (PB/RN);
5. Defasagem de transporte escolar por parte do Estado da Paraíba.
6. Falta material didático específico; (PB/RN);
7. Dificuldade de contratação de professores indígenas nas escolas estadual e municipais (RN).
8. Projeto da juventude nas escolas;
9. Contratação de professores e de pessoal de apoio na BT para atuar nas escolas municipais de suas respectivas aldeias;
10. Oficinas da cultura com detentores de saberes (BT);
11. Prefeituras e Estados da PB e RN não têm promovido formações específicas para os professores indígenas.

Rio Grande do Norte

1. Regularização e criação de unidades de ensino: JC (06), Goianinha (01), Macaíba (01) e SGA (01) - Criação (e não institucionalização) da comissão permanente de acompanhamento à política de EEI;
2. Decreto que dispõe sobre a criação da categoria de escola indígena do RN, como também do município de JC foi instituído decreto que dispõe a criação de escolas indígenas e mudanças de nome, criação da categoria escola indígena e instituição da comissão permanente de acompanhamento à política de EEI;
3. Garantia de participação no Fundeb, vaga específica para indígena;
4. Realização da 4ª etapa da ação Saberes indígenas;
5. Início da construção do PPC Licenciatura;
6. Pagamento do piso nacional do magistério para professores celetistas;
7. A única escola estadual indígena ainda não inseriu a língua indígena tupi no RN.

Rondônia

Retrocessos

1. Falta de estrutura na construção e ampliação de escolas;
2. Ausência de formação continuada e falta de professores substitutos;
3. A negação aos pedidos de licença mestrado para professores indígenas;
4. Defasagem na estrutura pedagógica;
5. Presença de Mediação tecnológica no Ensino Médio, causando a ausência de interculturalidade;
6. Falta de apoio aos núcleos de educação escolar indígena com as comunidade e o incentivo de projetos didáticos para fortalecimento da cultura;
7. Falta de oferta da merenda escolar está causando a evasão escolar;
8. Não implantação do ensino médio, EJA e infantil nas escolas (que não tem);

9. Falta de concurso público específico para indígenas;
10. A implantação do Novo Ensino Médio não atende às necessidades das comunidades;
11. Fechamento de escolas indígenas pela pandemia da covid-19;
12. UNIVERSIDADES - Corte da Bolsa Permanência;
13. UNIVERSIDADES - Usurpação das cotas destinadas aos indígenas;
14. UNIVERSIDADES - Congelamento de salário e de recursos das universidades.

Roraima

Avanços

1. Houve um concurso público após 15 anos;
2. Na ausência de professores, tem a possibilidade de contratação seletiva;
3. Discussão de emenda parlamentar sobre a ampliação, reforma e mobília das escolas;
4. Ampliação para 257 escolas;
5. Diálogo para construção de escolas municipais;
6. Construção de escola privada comunitária;
7. Atendimento de alunos migrantes indígenas e não indígenas nas escolas das comunidades;
8. Atendimento das escolas Yanomami, Sanumã, Xirixana;
9. Formação do magistério profissionalizante Tamikan, amooko ixantan, Tamarai, realizado pela CEFORR;
10. Curso de licenciatura intercultural na Universidade Federal de Roraima, e curso de pedagogia da Clarentiano;
11. Criação do campos Amajari do Instituto Federal de Roraima;
12. Criação do Departamento de Educação Escolar Indígena;
13. Realização do curso de saberes indígenas

Retrocessos

1. Falta de estrutura nas escolas;
2. Falta de merenda e material didático;
3. Falta de formação continuada para os professores;
4. Ausência de concursos públicos para preenchimento das vagas existentes;
5. Insuficiência do transporte escolar, ônibus quebrados ou com péssimas condições de uso;
6. Das 257 escolas, somente 92 têm estrutura do governo, as outras 165 não recebem recursos. As áreas que mais sofrem com a falta de recursos são especialmente as áreas de difícil acesso terrestre, aéreo ou fluvial;
7. Demora na realização da pactuação da secretaria de estado para o funcionamento das escolas Yanomamis (de 2013 até 2021);
8. Corte de recursos para as instituições federais, Universidade Federal de Roraima e Instituto Federal de Roraima.

Santa Catarina

1. Elaboração de materiais didáticos pedagógicos produzidos pelos professores como base para a prática docente dos próximos anos letivos - material de suporte para a educação indígena;
2. Contradição da linha de pensamento da Pedagogia Histórico Crítica com o material (BNCC) que embasam o sistema educacional brasileiro, o qual acaba limitando e dificultando o trabalho docente e diferenciado. Sabemos que o professor tem o papel de instruir as próximas gerações pela luta dos direitos indígenas e a manutenção de políticas públicas já adquiridas para a Educação Indígena;
3. Revisão do RCNEI;
4. Saliento a importância de trabalhar considerando a realidade dos educandos e em consonância com as necessidades da comunidade; em conjunto com líderes da Terra Indígena; valorizando os anciões para fortalecer a Cultura Kaingang e a Educação/currículo diferenciado. Que seja respeitado pelas secretarias;
5. Educação Infantil, que faz parte da rede pública Municipal de Ensino é uma das maiores preocupações para que a língua materna seja iniciada e sequenciada e que esse nível de ensino esteja em consonância com as políticas internas – educação diferenciada;
6. Garantia da língua indígena na matriz curricular, pois a língua indígena ainda não se encontra na matriz curricular;
7. Concursos públicos específicos para professores indígenas;
8. Carreira do professor Indígena;
9. Sistema próprio de educação escolar indígena (garantia do calendário específico, transporte, matriz curriculares etc.);
10. Falta de formação continuada para professores indígenas;
11. Falta de infraestrutura nas Escolas Indígenas
12. Falta do Ensino médio;
13. Garantia da alimentação diferenciada;
14. Falta de indígenas nas coordenadorias de educação e no conselho estadual de educação;

15. Novo ensino com língua estrangeira obrigatória
16. Bolsas para alunos ensino superior, infraestrutura, moradia etc;

Rio de Janeiro e São Paulo

Rio de Janeiro

1. Foi comentado sobre a formação de professores que encontram dificuldades na formação de professores específicos. Foi ofertada a formação, porém em SP foi cortado e os profissionais continuam sem a gratificação profissional “muito vergonhosa essa falta de formação de profissionais interculturais”, fala de uma professora da USP/SP;
2. Os indígenas não são concursados, são contratados ou terceirizados;
3. Falta de material didático específico;
4. Ausência de plano emergencial da contratação dos profissionais indígenas;
5. Falta do exercício da lei, que garante o ensino da cultura indígena nas redes de ensino no Brasil;
6. Falta de formação de pedagogo ou magistério indígena, pois assim garante o direito à contratação ou ingressar como concursado na rede de ensino;
7. Ausência de dos sagrados no ensino escolar indígena;
8. Dificuldade em relação a permanência no território;
9. Falta de água (água é entregue em carro pipa e as vezes acaba).

São Paulo

1. Falta de recursos, especialmente de repasse dos recursos às escolas indígenas;
2. Oferta de formação docente intercultural e indígena defasada;
3. Escola de educação infantil geridos por ONGs e tem mão de obra terceirizada;
4. Maioria das escolas são estaduais;
5. Parceria entre universidades de São Paulo no sentido de contribuir com a formação docente incipiente;
6. Professores são contratados (como terceirizados com vínculos precários), mas não são concursados, com a troca de governo as questões contratuais estão paradas (ausência de plano emergencial para a continuidade das contratações);
7. Ausência de professores indígenas, Enfraquecimento do Neei da Secretaria de Educação de SP;
8. Ausência do cumprimento da lei 11645 nas escolas não indígenas;
9. Ausência de um curso de pedagogia intercultural nas universidades, que abarque as culturas indígenas e os seus sagrados;
10. Ausência de bolsas e recursos (pós graduação) para manutenção dos estudantes indígenas no ensino superior e na pós graduação;
11. Ausência de currículos específicos interculturais em cursos de graduação.

Tocantins

Retrocessos / Desafios

1. 85% dos professores indígenas no Tocantins são contratados.
2. Falta de formação para professores indígenas e demais servidores da Educação Escolar Indígena.
3. Burocratização para acesso aos recursos, levando ao difícil acesso das escolas indígenas aos programas do MEC.
4. Falta de ampliação das escolas indígenas para alocação dos recursos didáticos, pedagógicos e tecnológicos.
5. Falta de financiamento específico para educação escolar indígena.
6. Falta de equipamentos tecnológicos nas escolas Indígenas (computadores, projetores, caixas de som, tvs e etc...)
7. Falta de acompanhamentos nas escolas indígenas.



Anexo 5: Estratégias apresentadas pelos diferentes participantes do VI FNEEI

Amazonas

O que posso fazer enquanto professora/professor indígena para melhorar a educação escolar indígena?

1. Conhecer os cinco princípios da Educação Escolar Indígena: comunitária, específica, diferenciada, bilíngue, intercultural;
2. Valorizar as línguas indígenas;
3. Conhecer as legislações educacionais de Educação Escolar Indígena;
4. Conhecer os saberes indígenas do seu povo;
5. Para os professores não-indígenas que trabalham na escola indígena, ali onde ainda não há professores indígenas, conhecer as legislações, a história e a realidade do povo indígena;
6. Saber diferenciar a educação indígena, a educação escolar indígena, e a educação não indígena;
7. Cobrar que as universidades e licenciaturas considerem os saberes tradicionais na formação dos professores indígenas;
8. Envolver mais a juventude indígena nas atividades do movimento indígena, criando mais espaços para a juventude e os estudantes se manifestarem;
9. Participar das mobilizações do movimento indígena, e realizar articulação local em torno da escola, para fortalecer a luta da EEI;
10. Considerar as línguas indígenas não só como uma disciplina, mas como meios de construção de saberes e línguas de instrução na escola, criando espaço (sala física) para valorização das línguas e fortalecendo a língua como recurso que mantém a cultura viva.

O que eu como técnico/gestor posso fazer para melhorar a Educação Escolar Indígena?

1. Conhecer os princípios da Educação Escolar Indígena;
2. Alinhar as políticas de Educação Escolar Indígena com os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) dos territórios;
3. Respeitar e cumprir a convenção 169, realizando o direito de consulta em toda política pública;
4. Nunca se colocar apenas como gestor, mas também como integrante e liderança do seu povo;
5. Manter a unidade no movimento indígena, manter o diálogo constante;
6. Tomar a iniciativa e apresentar propostas;
7. Fortalecer as instâncias de controle social estaduais e municipais e nacionais;
8. Fortalecer intercâmbio de informações entre os diferentes atores do estado;
9. Conhecer a legislação da educação escolar indígena;
10. Realizar articulações e parcerias entre as instituições para garantir direitos (por exemplo, com o MPF);
11. Participar, estar presente e atuante nas lutas do movimento indígena, formando-se nessa prática.

O que eu enquanto membro da universidade posso fazer para melhorar a Educação Escolar Indígena?

1. Participar dos movimentos para escutar demandas;
2. Executar ações nas comunidades, não só nas sedes;
3. Adaptar estruturas para atender às demandas específicas indígenas;
4. Ampliar corpo docente e criar núcleos, diretorias ou departamentos de educação escolar indígena;
5. Alocar recursos e tempo para garantir a especificidade dos currículos dos cursos interculturais;
6. Conhecer e cumprir a convenção 169 ao desenhar os cursos.

O que podemos fazer para melhorar o FNEEI?

1. Realizar o fórum de dois em dois anos;
2. Organizar os articuladores do FNEEI por região, regularizando juridicamente e a cada edição, uma região assumiria a mobilização. (Isso distribuiria e revezaria melhor os trabalhos de organização (região anfitriã) e deslocamento (outras regiões). Algo parecido com o modelo do ENEEI, Década das Línguas Indígenas, APIB).

Bahia e Pernambuco

O que posso fazer enquanto professora/professor indígena para melhorar a educação escolar indígena?

1. Participando ativamente das organizações internas do povo e da comunidade escolar, filiando-se ao sindicato dos professores;
2. Articulando o movimento de luta pela educação indígena aos outros movimentos e organizações indígenas e não-indígenas em todos os níveis: local, regional e nacional;
3. Envolvendo-se na luta da categoria profissional enquanto professor indígena por dignidade, melhores salários e condições de trabalho, e qualidade da educação.

O que eu como técnico/gestor posso fazer para melhorar a Educação Escolar Indígena?

1. Promover o protagonismo indígena ampliando os espaços para inclusão e debate nos Conselhos Municipais;
2. Fazer uma campanha de criação de vagas para incluir representantes indígenas nos Conselhos Municipais de Educação.

O que eu enquanto membro da universidade posso fazer para melhorar a Educação Escolar Indígena?

1. Enquanto docente universitário: Investindo na descolonização de si e do próprio pensamento;
2. Enquanto docente universitário: Identificando a presença indígena no seu entorno
3. Enquanto docente universitário: Contribuindo para dar visibilidade às realidades dos povos indígenas;
4. Enquanto docente universitário: Contribuindo para estruturar a Universidade pela garantia de equipamentos internos para o acolhimento, a oferta e a permanência dos estudantes indígenas;
5. Enquanto docente universitário: Investindo para desconstruir as hierarquias de saberes, das supremacias de um pensamento sobre o outro, dos modos de produção de conhecimento, de envolvimento com os saberes e fazeres.
6. Enquanto estudante universitário: Levando propostas que possam garantir a permanência enquanto estudantes indígenas no âmbito universitário;
7. Enquanto estudante universitário: Buscando a visibilidade e reconhecimento dos estudantes indígenas e suas reivindicações pela instituição;
8. Enquanto estudante universitário: Trazendo referenciais tradicionais das diversas etnias para o debate acadêmico científico dentro da Universidade, fazendo um contraponto com o pensamento eurocêntrico;
9. Enquanto estudante universitário: Dando um retorno dos aprendizados universitários, mantendo um pensamento crítico, para o desenvolvimento na própria comunidade;
10. Enquanto estudante universitário: Envolvimento nas ações, atividades e movimentos acadêmicos na instituição vinculada.

O que podemos fazer para melhorar o FNEEI?

1. Os fóruns estaduais da Educação Escolar Indígena devem ser fortalecidos nas bases e os estados que não têm fóruns devem criar, a partir disso o FNEEI pode ser fortalecido pela articulação e coordenação interestadual dos fóruns, participando diretamente da organização pedagógica, didática e administrativa. Assim, pensando juntos na realização do FNEEI;
2. Os fóruns estaduais devem se articular com as IES e as SEDUCs para obter representação no fórum nacional;
3. Ampliar as pautas de discussões;
4. Articular e discutir políticas públicas para educação escolar indígena;
5. Participação dos segmentos organizacionais indígenas nestes espaços de discussões;
6. Criação de um conselho por estados para a organização do FNEEI;
7. Implementar mesas de debates conduzidas por indígenas.

Ceará

O que eu como técnico/gestor posso fazer para melhorar a Educação Escolar Indígena?

1. Conhecer com maior profundidade o dia a dia da Escola Indígena, acompanhando pedagogicamente essas unidades, em cada etapa/nível que oferta, complementando a ação da superintendência;
2. Aprofundar conhecimentos (legais, antropológicos, políticos, sociais, culturais etc) sobre a educação indígena, a fim de qualificar a ação dos técnicos da equipe;
3. Assumir o papel de mediador/interlocutor permanente entre a instituição e a escola indígena e suas lideranças, qualificando o diálogo na implementação das ações, projetos e programas desenvolvidos pela Política de EEI;
4. Acompanhar todas as demandas e os processos que chegam à Coordenadoria, apoiando sua tramitação e atendimento até a finalização dos mesmos;
5. Produzir artigos, textos e outros documentos sobre a educação escolar indígena, focalizando assuntos ou temas de interesse, com base na experiência, nos conhecimentos e saberes acumulados no exercício das funções que exercem;

6. Fortalecer a articulação e a troca de boas práticas de gestão da oferta com outras instituições, entidades e secretarias de educação para ampliar conhecimentos e práticas na área;
7. Intensificar a participação nas festividades, celebrações de datas importantes, nas ações estratégicas da Política de EEI, nas atividades das entidades representativas e das instituições federais e estaduais afins.

Goiás

O que posso fazer enquanto professora/professor indígena para melhorar a educação escolar indígena?

1. Para melhorar a Educação Escolar Indígena é preciso fortalecer primeiramente as participações efetivas da comunidade nas ações de educação escolar da comunidade, como Projeto Político Pedagógico, envolver lideranças tradicionais como cacique, pajé e os anciãos;
2. Precisa fortalecer a política de diálogo intercultural entre povos, levando em conta as diferenciações culturais no Estado;
3. A educação indígena de Goiás tem diferentes contextos culturais, cada povo possui os saberes diversos, e isso pressupõe a qualidade e especialidade a Educação indígena, porém para garantir de fato a qualidade e a especificidade da educação indígena é preciso que o governo nas esferas municipais, estaduais e federal garantam uma política de diferenciação voltada a cada comunidade indígena e que as autoridades competentes possam de fato cumprir as diretrizes que nos amparam;
4. Portanto a educação indígena hoje para ser de fato indígena e de qualidade basta apenas fazer com que se cumpram as propostas educacionais que já vêm sendo preparadas e garantidas dentro das leis de diretrizes e base da educação como, por exemplo, a resolução 05/2012.

O que podemos fazer para melhorar o FNEEI?

1. É preciso que cada SEDUC de estado que tenha suas delegações sejam sustentados pelas mesmas, com transporte, alimentação e logística;
2. Que no próximo encontro sejam organizadas mesas com secretarias de educação de cada estado.

Mato Grosso

O que posso fazer enquanto professora/professor indígena para melhorar a educação escolar indígena?

1. O professor tem que valorizar a sua língua e aprimorar a língua portuguesa, que a escola ajuda o fortalecimento da língua, da cultura e dos costumes.
2. Que as universidades devam capacitar para que os povos possam lidar com gestão, com documentação e demais papeladas.
3. Que possa dar continuidade às reuniões, encontros e eventos para que possamos ser informados e atualizados.
4. Que possamos ter conteúdos práticos e de acordo com a realidade dos alunos. Que possa ser com a facilidade para ser inserido no sistema.
5. Ter formação humana, política e social. Prof. Tem uma visão quadrada e nem sempre para atender a escola. Um professor que tem mestrado, doutorado. E contribuir com a educação escolar indígena, e fortalecer os instrumentos legais que estão na lei. Ser professor é fazer agentes de discussão, de contribuição.
6. Levar para a minha escola melhorada, e ensinar aos meus alunos para que possam saber lidar com as informações de qualidade, inclusive de modo a refletir com inovações.
7. Precisamos da participação das lideranças e dos caciques, parteiras, raizeiros e outras. O uso da nossa medicina tradicional precisamos valorizar na nossa educação de cada povo.
8. Construção de matrizes curriculares serem elaborados junto com as comunidades e lideranças, precisa ter a participação dos donos dos saberes.
9. Como diretor, precisamos melhorar a EEI é ouvir a comunidade e de que forma saber como quer o ensino dos seus filhos.
10. Precisamos buscar os conhecimento dos anciões, daqueles que conhece a nossa realidade, me preocupo com o futuro dos nossos alunos, o que será deles. Precisamos inovar e não ficar preciso naquilo que está escrito.
11. A educação pra melhorar precisamos ter formação continuada, como antes, ter uma internet de qualidade, capacitar a equipe gestora, trabalhar mais com os mais velhos, e lutar para educação.
12. Temos que entender a colonização dos saberes. Porque essa divisão das áreas de conhecimento na escola. A inovação da escola é a metodologia conectada com os saberes. Explorar os diferentes saberes epistemológicos. Nós precisamos alfabetizar na nossa cultura.
13. Qualquer normativa dos estados e municípios É preciso consultar as comunidades indígenas, e respeitar as decisões dos povos.
14. Temos que falar essa língua, e não dos não indígenas. Os pais precisam também ser educados, pois delegaram o ensino a escola. O professor precisa aprender a valorizar os nossos ensinamentos.
15. O principal é nos vermos como indígenas, principalmente como professor. Precisamos acreditar em nós, e

nessa diversidade e colocar na prática.

16. Precisamos preparar os nossos alunos para o futuro. A língua é a nossa identidade.
17. Precisamos se juntar e criar um modelo nosso, e falar para a SEDUC.
18. Que modelo de projeto arquitetônico que queremos. Que atenda a nossa identidade.
19. Os problemas dos calendários onde deve estar inseridos as atividades sócio-culturais, principalmente qdo são realizados os rituais.
20. No caso, ampliação da língua materna, preciso dialogar e explicar aos diretores e coordenadores indígenas.

O que eu enquanto membro da universidade posso fazer para melhorar a Educação Escolar Indígena?

1. Promover formação inicial e continuada numa perspectiva político-pedagógica assentada em currículos interculturais nos Projetos Políticos dos Cursos;
2. Oferecer projetos de extensão, conforme anseios e necessidades das escolas e comunidades indígenas;
3. Desenvolver projetos de pesquisa junto aos programas de pós-graduação da Unemat em articulação com a Faindi voltados para a Educação Escolar Indígena;
4. Apoiar a produção e publicação de materiais pedagógicos específicos que atendam às escolas indígenas;
5. Fortalecer políticas linguísticas no Centro de Línguas Ameríndias (CLAm);
6. Contribuir para a formação de linguistas indígenas, por meio de oferta de projetos de extensão e pesquisa;
7. Promover a criação de convênios com linguistas indígenas para desenvolver trabalhos educativos de descrição e documentação de línguas com a finalidade de apoiar o ensino de língua materna nas escolas indígenas.

Mato Grosso do Sul

O que posso fazer enquanto professora/professor indígena para melhorar a educação escolar indígena?

1. Prioritariamente é ter consciência política do direito e de quem somos e qual é o nosso papel como indígena cidadão com poder de decisão;
2. Ter a consciência da força coletiva para as conquistas de direitos coletivos;
3. Ajudar na organização do povo e dos educadores indígenas para reivindicar “Direitos” dentro e fora dos territórios indígenas; Dessa forma eu contribuo para o bem da coletividade e conseqüentemente contribuo comigo e com meu descendente(futuro); Essa decisão traz muitos desafios pessoal e coletivo porque os nossos inimigos políticos anti indígenas ficam nos observando e sabe se podemos ser dominados ou comprados ou não; Muitas vezes as pessoas em função dos desafios preferem silenciar-se individual ou coletivamente; Em MS que tem 8 povos indígenas, foi fundado o FOREEIMS em 2007 e desde então vem reunindo todos os anos até quando chegou o período da pandemia que inviabilizou os eventos presenciais desde então houve um momento de paralisação das atividades do FOREEIMS.

O que podemos fazer para melhorar o FNEEI?

1. Para fortalecer o FNEEI é necessário articular as organizações de base criar retomar e fortalecer os Fóruns Estaduais;
2. Na mobilização os fóruns locais as articulações de base, precisa ser constantemente fazendo reuniões com o cronogramas, com discussões pautadas em retomar os espaços que foram e estão sendo destruídos. Fortalecendo cada povo assim poderão conhecer mesmo e/ou reconhecer as problemáticas que os mesmos enfrentam;
3. Para fortalecer também, organizar comissões para divulgar nas Secretárias Estaduais e Municipais o documento final do FNEEI;
4. Dar visibilidade às decisões políticas do FOREEIMS.

Minas Gerais

O que posso fazer enquanto professora/professor indígena para melhorar a educação escolar indígena?

1. Entender o processo de construção da Educação Escolar Indígena e participar efetivamente de forma coletiva;
2. Aprimorar os conhecimentos através das legislações da educação indígena para que possa assegurar a implementação na base independentemente de governo;
3. Buscar formação específica e diferenciada, quando não tiver a oportunidade ressignificar sua formação através da realidade e do contexto em que o povo vive;
4. Participar de mobilizações da educação escolar indígena e participar da organização e construção de forma coletiva.
5. Buscar sempre na base o fortalecimento dos conhecimentos e valorização da cultura como ferramenta de luta.

O que podemos fazer para melhorar o FNEEI?

1. Mobilizar fóruns locais ou regionais para a compreensão desse evento como processo constante de luta e avaliação da educação escolar indígena;
2. Buscar parceiros que possam financiar ou contribuir para a realização do FNEEI, bem como pessoas ou instituições que contribuam para discussões e construção de uma educação escolar indígena respeitando as demandas das bases.

Pará

O que posso fazer enquanto professora/professor indígena para melhorar a educação escolar indígena?

1. Os professores devem ser articulados com toda a população da aldeia e não somente com a comunidade escolar. Ter compromisso com a comunidade indígena;
2. Ser professor indígena é sempre estar articulado com as ações das aldeias, trazer os eventos e conhecimentos indígenas para os processos de ensino e de aprendizagem;
3. Ser professor indígena é ter compromisso com a escola e com a comunidade, e dentro da aldeia a atuação do professor não se limita no espaço da escola, mas tem que ter vivência na aldeia, participar das festas, fazer o ensino aprendizagem em todos os espaços da aldeia.
4. O professor indígena tem que buscar formação e articular o grupo de professores para o fortalecimento como categoria profissional, mas também como representante social;
5. Garantir que a educação diferenciada e específica de qualidade, para isso é preciso de formação de professores, que não devem se acomodar, sempre buscar a qualidade de ensino;
6. Produção de material na língua tradicional e ensino bilíngue: Promover e fortalecer a produção de livros e materiais nas línguas indígenas, os professores indígenas devem promover a produção diária de materiais didáticos nas suas línguas tradicionais;
7. Produção de material na língua tradicional e ensino bilíngue: Tem que garantir o ensino bilíngue nas escolas indígenas e fazer valer a educação diferenciada;
8. Produção de material na língua tradicional e ensino bilíngue: Formular projetos de fortalecimento da língua indígena e dos conhecimentos indígenas;
9. Produção de material na língua tradicional e ensino bilíngue: Promover a formação para a valorização da identidade, da língua indígena e dos conhecimentos indígenas;
10. Produção de material na língua tradicional e ensino bilíngue: Cabe aos professores a produção de materiais de apoio as atividades de ensino e aprendizagem;
11. Estratégias pedagógicas e metodologias de ensino indígenas: Pesquisa e qualidade de ensino: Deve criar estratégias pedagógicas que insere os conhecimentos indígenas na escola indígena;
12. Estratégias pedagógicas e metodologias de ensino indígenas: Pesquisa e qualidade de ensino: Enquanto educador tenho que fazer o meu melhor, na metodologia, sistematizar os conteúdos, buscando contextualizar com a realidade e buscar aperfeiçoamento para ter mais conhecimento de novas formas de ensino;
13. Estratégias pedagógicas e metodologias de ensino indígenas: Pesquisa e qualidade de ensino: Ter compromisso com a escola indígena e fazer um bom planejamento, com ensino de acordo com a realidade das aldeias;
14. Estratégias pedagógicas e metodologias de ensino indígenas: Pesquisa e qualidade de ensino: Ensinar bem os alunos, explicando bem os objetivos dos processos de ensino;
15. Estratégias pedagógicas e metodologias de ensino indígenas: Pesquisa e qualidade de ensino: Buscar como as crianças do seu povo aprendem, para formular estratégias de ensino adequadas nas escolas indígenas para garantir a qualidade de ensino;
16. Estratégias pedagógicas e metodologias de ensino indígenas: Pesquisa e qualidade de ensino: Hoje estamos em dois mundos, indígena e não indígena, e o desafio de ensinar as crianças para lidar com esses dois mundos. Por isso é importante o ensino intercultural e preparar as crianças e jovens para o desafio atuais.
17. Estratégias pedagógicas e metodologias de ensino indígenas: Pesquisa e qualidade de ensino: Os professores devem preparar as crianças, adolescentes e jovens para enfrentar as questões dos dias atuais;
18. Estratégias pedagógicas e metodologias de ensino indígenas: Pesquisa e qualidade de ensino: Professores indígenas são pesquisadores, observam os processos existentes nas aldeias de ensino e aprendizagem;
19. Conhecimentos indígenas: Os professores indígenas têm que buscar conhecimentos para levar para suas aldeias, para ter as técnicas para melhorar a qualidade de ensino. Hoje os professores Xipiaia tem produzido com os estudantes os materiais nas línguas indígenas para o ensino da escola;
20. Conhecimentos indígenas: A formação de professores indígenas é importante para a educação escolar indígena, que vai culminar nas ações dos professores no dia a dia da escola, para garantir a produção de materiais nas línguas indígenas;
21. Conhecimentos indígenas: Formular os planos de aulas e o ensino com as práticas de vida das aldeias, na vivência do dia a dia do povo;
22. Valorização da pessoa e identidade indígena: Incentivar os alunos a buscar seus direitos e cumprir os seus deveres;

23. Valorização da pessoa e identidade indígena: A professora e o professor são pessoas de referência para seus alunos e para as comunidades;
24. Valorização da pessoa e identidade indígena: Escola indígena é um espaço na aldeia e tem que ser articulado a todas as ações da vida na aldeia;
25. Valorização da pessoa e identidade indígena: O professor indígena tem a responsabilidade de articular com a população da aldeia, além de pais e estudantes, mas toda a população;
26. Valorização da pessoa e identidade indígena: Na escola tem que promover o ensino da identidade, da formação do corpo e da pessoa indígena.

O que eu como técnico/gestor posso fazer para melhorar a Educação Escolar Indígena?

1. Contribuir na elaboração de políticas públicas no âmbito do município, que viabilize uma educação escolar indígena diferenciada e de qualidade;

O que podemos fazer para melhorar o FNEEI?

1. Rede de comunicação sobre o FNEEI nas comunidades, entre aldeias e na própria aldeia;
2. Fazer grupo no whatsapp EEI envolvendo gestores e lideranças;
3. Criação de grupos/ Equipes/ Comissões responsáveis por discutir a EEI na aldeia, na TI, no movimento estadual e nacional indígena.
4. Mobilização para a criação de financiamento coletivo a fim de ampliar a participação da delegação indígena do Pará no FNEEI, incluindo professores, gestores e lideranças indígenas;
5. Criar os Fóruns Estaduais para promover a articulação dos povos indígenas.

Paraíba e Rio Grande do Norte

O que posso fazer enquanto professora/professor indígena para melhorar a educação escolar indígena?

1. Ser um professor pesquisador que produza e construa metodologias e materiais didáticos e paradidáticos específicos voltados ao fortalecimento da nossa identidade cultural;
2. Socializar e unificar os conhecimentos e currículos das escolas indígenas para que possa respeitar as especificidades e conhecimentos tradicionais dos nossos ancestrais .

O que eu como técnico/gestor posso fazer para melhorar a Educação Escolar Indígena?

1. Contribuir para implementação de rede de articulação intersetorial nas secretarias estaduais e municipais com o fim de difundir os princípios legais que regem a modalidade de Educação Escolar Indígena;
2. Consolidar os meios de participação direta das comunidades e organizações indígenas na proposição e implementação da EEI na rede estadual e municipais;
3. Conhecer a realidade de cada território etnoeducacionais, bem como os princípios plurais das etnias e dos povos que os habitam;
4. Conhecer a realidade de infraestrutura das escolas indígenas a fim de auxiliar as lideranças indígenas e comunidades nas resoluções dos problemas;
5. Articular reuniões com Procuradoria Geral do Estado, dos municípios e do MPF para apresentar corpo de resoluções nacionais e decretos locais que regem a EEI, com o fim de iniciar o processo de garantia dos direitos conquistados pelos povos indígenas;
6. Compreender os mecanismos legais que regem processos seletivos e concurso público do governo do estado para contribuir com atualizações;
7. Atuar para a implementação da Política de EEI, respeitando os princípios dispostos no Decreto Estadual 31.596 de 09 de junho de 2022 (RN);
8. Viabilizar a formação com todos os técnicos das Secretarias Estaduais e municipais de Educação sobre a legislação da EEI;
9. Viabilizar o concurso específico para professor do estado e municípios;
10. Trabalhar para que sejam ofertadas formações continuadas;
11. Articular a criação de órgão específico dentro das secretarias estaduais e municipais, sendo este um espaço institucionalizado e ocupado por indígenas;
12. Trabalhar para garantir a representação de um indígena nas secretarias estaduais e municipais de educação e demais instâncias;
13. Articular para criar o Conselho Estadual e Municipais de EEI – PB/RN;
14. Articular e garantir a gestão democrática nas escolas indígenas estaduais e municipais;
15. Trabalhar para garantir a inclusão e remuneração dos detentores dos saberes tradicionais, como pajés, lideranças, artesãos, anciões, benzedeiras, parteiras, raizeiras no contexto da escola indígena;

Como os indígenas podem fortalecer e consolidar o FNEEI?

1. Compartilhar as discussões e aprendizados durante o evento, como também no planejamento e debate com a coordenação do referido fórum;
2. Ter ciência e compromisso do nosso papel enquanto professor indígena;
3. Ser multiplicador nas bases das propostas e discussões apresentadas no FNEEI.

Rio de Janeiro

O que posso fazer enquanto professora/professor indígena para melhorar a educação escolar indígena?

1. Propor e produzir materiais didáticos específicos para reprodução pelas SME ou SEEDUCs
2. Visibilizar e priorizar o trabalho com os conteúdos indígenas nos currículos escolares;
3. Fomentar a participação dos alunos nos processos de inclusão de conteúdos indígenas nos currículos escolares;
4. Criar espaços de diálogo para que os alunos indígenas possam expressar seu modo de viver;

O que eu como técnico/gestor posso fazer para melhorar a Educação Escolar Indígena?

1. Gestão participativa e democrática;
2. Garantir atuação efetiva dos CEC (Conselhos Escolas Comunidade);
3. Garantir Planejamento Participativo;
4. Cobrar as demandas específicas à SME;
5. Garantir de forma democrática a atualização anual do PPPI.

O que eu enquanto membro da universidade posso fazer para melhorar a Educação Escolar Indígena?

1. Atuar nos Conselhos Superiores para levar e discutir as demandas dos estudantes indígenas;
2. Atuar para a garantia da aplicação da 11.645/08 nos cursos de Graduação e Pós Graduação;
3. Pleitear a criação de um curso de pedagogia intercultural indígena no estado do RJ.

Como os indígenas podem fortalecer e consolidar o FNEEI?

1. Criar fórum regional para discutir as questões da Educação Escolar Indígena em nível estadual (RJ);
2. Elencar os desafios enfrentados pela Educação Escolar Indígena no estado do RJ (Maricá, Paraty e Angra e indígenas em contextos urbanos);
3. Criar estratégias para enfrentar os desafios identificados;
4. Elaborar relatórios sobre desafios e estratégias da Educação Escolar Indígena no RJ para compartilhar com os demais estados na FNEEI;
5. Ampliar as redes de parceria e financiamento para aumentar a representação indígena do estado do RJ na FNEEI.

Roraima

O que posso fazer enquanto professora/professor indígena para melhorar a educação escolar indígena?

1. Procurar qualificação - formação continuada;
2. Fortalecer através de projetos voltados a valorização da língua materna e da cultura conforme a realidade local;
3. Promover diálogos e debates pertinentes a Educação específico e diferenciado;
4. Planejar as atividades voltada para um bom desempenho das atividades;
5. Ter compromissos com a educação escolar para um bom desempenho das atividades.

O que eu como técnico/gestor posso fazer para melhorar a Educação Escolar Indígena?

1. Buscar parcerias para a realização de projetos;
2. Articular palestras voltada a educação escolar, que possibilitem a análise de conjuntura social da vida cotidiana das comunidades e escolas;
3. Implementar os programas que fortalecem o desenvolvimento das escolas PDDE, APM, Matriz curricular, projeto pedagógico;
4. Zelar pelas políticas públicas voltada para escolas;
5. Acompanhar efetivamente as ações direcionadas às escolas.

O que eu enquanto membro da universidade posso fazer para melhorar a Educação Escolar Indígena?

1. Promover diálogos para a oferta de cursos que possam atender a realidade da população na educação escolar indígena;
2. Promover e apoiar elaboração de material didático das escolas indígenas;
3. Garantir ingresso de alunos indígenas nos cursos de graduação para pesquisas.

O que podemos fazer para melhorar o FNEEI?

1. Participação efetiva dos debates e encaminhamento de propostas;
2. Socializar experiências com outras pessoas para unificar propostas e demandar aos órgãos em um plano de ação nacional de educação escolar indígena;
3. Fazer debates locais, estaduais e municipais para preparação da FNEEI;
4. Definir quantidade de delegados por estados para participação no FNEEI.

Rondônia

O que posso fazer enquanto professora/professor indígena para melhorar a educação escolar indígena?

1. Ter a transparência com as lideranças, professores, gestores e secretários, cumprir o papel com a docência e assumir a responsabilidade na sala de aula, para não ficar no comodismo, buscar mais apoio com os pais dos alunos, comunidades, lideranças e sabedores para obter conhecimento para melhor planejamento de ensino.
2. Dialogar com as organizações AGIR, OPIROMA, UNIR E OPIRON, buscar o conhecimento para construir as propostas de políticas públicas para as escolas.

O que podemos fazer para melhorar o FNEEI?

1. Organizar e fortalecer a nossa organização de base dos professores indígenas OPIRON, criar um conselho estadual de professores indígenas, realizar fórum estadual de educação escolar indígenas. Se fortalecermos os professores, a educação escolar do Estado/município, com os parceiros da Universidade Federal de Rondônia, IFRO, AGIR, Movimento da Juventude Indígena de Rondônia, IFRO, OPIRON, FUNAI, SEDUC, COMIN, CIMI, KANINDÉ e as organizações de base, desse modo conseguiremos fortalecer e consolidar o FNEEI.

Santa Catarina

O que posso fazer enquanto professora/professor indígena para melhorar a educação escolar indígena?

1. Comprometimento com a educação escolar indígena e com o meu povo;
2. Buscar aperfeiçoamento científico e tradicional para tenhamos uma educação escolar indígena consolidado e de qualidade;
3. Ter o comprometimento em transmitir os conhecimentos repassados pelos meus antepassados e os adquiridos na academia para os meus educandos ;
4. Buscar formas de produzir materiais próprios para serem utilizados durante os anos letivos na escola;
5. Trabalhar de forma que a comunidade escolar decidam em conjunto o que querem aprender ou se qualificar.

O que podemos fazer para melhorar o FNEEI?

1. Nós do Estado Santa de Catarina e Norte do Rio Grande do Sul pensamos na criação dos fóruns locais e estadual para discutir a educação escolar indígena. E assim conseguir trazer mais professores, lideranças e estudantes que tenham interesse em contribuir com a educação escolar indígena, para esses debates. De modo contribuirmos com o FNEEI para a melhoria cada vez mais da educação escolar indígena.

São Paulo

O que eu enquanto membro da universidade posso fazer para melhorar a Educação Escolar Indígena?

1. A nossa formação tanto acadêmica quanto cultural tem importância para a educação escolar indígena;
2. Trabalhar fortalecendo tanto os conteúdos programáticos quanto os fortalecimentos culturais e linguísticos;
3. Buscamos nos formar para atuar criticamente para transformar ideologicamente as estruturas basilares e constitutivas da educação escolar indígena através da atuação das construções dos Planos Políticos Pedagógicos, para garantirmos que sejamos também remunerados para continuarmos a nossa atuação enquanto professores e gestores indígenas;
4. Elaboração de materiais didáticos para reforçarmos nossas vozes dentro dessa atuação em todos os níveis

educacionais, que infelizmente até hoje perpetuam um engessamento de violências e colonização dos imaginários dentro da sala de aula;

5. Aprofundamos a reflexão sobre a atuação da educação para além do ambiente pontual da sala de aula, contando com o ativo diálogo comunitário através do protagonismo dos alunos, familiares e anciões;

6. As responsabilidades dos professores indígenas são altíssimas e a sobrecarga psicológica e espiritual é grande, por isso, enquanto formados para atuarmos na formulação dos processos de ensino-aprendizagem nas escolas, refletimos que é necessário também propor uma maior valorização e fortalecimento das identidades dos professores e diretores;

7. O diálogo e escuta atenta das lideranças e anciãos das aldeias é um caminho importante para o fortalecimento espiritual de várias partes constitutivas dos territórios que muitas vezes as próprias crianças e adolescentes indígenas carregam e podem ser ainda mais fortalecidas dentro e para além do ambiente escolar, pois temos outras referências dentro das aldeias que também contribuí para a formação educacional e epistemológica, trabalhando com a terra-território que faz parte do nossos seres enquanto indígenas;

8. Enquanto indígenas Universitários, incentivar os jovens a buscar uma formação superior, informando o que é o vestibular indígena, as políticas de ação afirmativa das cotas étnico-raciais e de permanência indígena na universidade;

9. Pautar a construção da educação inclusiva na Educação Indígena e a especificidade de pessoas indígenas com deficiência na Educação Inclusiva.

10. As Universidades Brasileiras necessitam se organizar em ações remotas que não se concretizam sem as tecnologias, obstruindo o direito à educação para todos.

11. O Brasil precisa construir uma política nacional de educação superior que valorize a efetivação das políticas afirmativas e a permanência estudantil dos povos indígenas, consolidando e contemplando as necessidades urgentes e assegurando-nos, de fato, a própria reparação histórica.

O que podemos fazer para melhorar o FNEEI?

1. A presença de nós, estudantes indígenas universitários, é importante na construção e consolidação do FNEEI, uma vez que a formação qualificada de professores e gestores indígenas perpassa o caminho da Universidade. Neste sentido, sentimos a falta dessa perspectiva no VI FNEEI para trazer as nossas pautas e contribuições: o que estamos fazendo para garantir o nosso protagonismo no evento, enquanto estudantes universitários indígenas, e o que estão fazendo para garantir a nossa permanência dentro da universidade.

Tocantins

O que posso fazer enquanto professora/professor indígena para melhorar a educação escolar indígena?

1. Ser frequente e pontual.
2. Planejar as aulas com qualidade.
3. Contribuir com a equipe escolar, participando ativamente das ações desenvolvidas pela escola.
4. Respeitar a comunidade indígena seus anseios, cultura e língua.
5. Se qualificar profissionalmente, estudando constantemente.
6. Trabalhar considerando a realidade de vida dos alunos, trazendo essas realidades para sala de aula.

O que eu como técnico/gestor posso fazer para melhorar a Educação Escolar Indígena?

1. Acompanhar a execução dos recursos na escola.
2. Estruturar as escolas.
3. Promover o diálogo permanente com a equipe escolar.
4. Elaborar novas políticas públicas para educação escolar indígena no âmbito municipal e estadual.
5. Realizar acompanhamento e monitoramento das práticas pedagógicas nas escolas;
6. Promover formação continuada de acordo as necessidades de cada escola
7. Criar currículo que contemple os saberes indígenas;
8. Realizar parceria com a Universidade para desenvolver pesquisa e extensão.

O que eu enquanto membro da universidade posso fazer para melhorar a Educação Escolar Indígena?

1. Ampliar vagas nos cursos superiores para indígenas , além das licenciaturas.
2. Garantir a manutenção e permanência dos indígenas nas universidades.
3. Realizar convênios com o Estado e municípios, auxiliando na elaboração das políticas para melhoria da educação escolar indígena.
4. Realizar projetos e ações de pesquisa e extensão juntamente aos povos indígenas, priorizando, seus saberes, sua cultura e sua língua. Como exemplo o projeto Universidade na Maturidade desenvolvido pela UFT, junto ao povo indígena Xerente.

Anexo 6: Carta Aberta do Movimento Indígena ao Governador do Estado do Amazonas



Retomando as lutas para avançar nas conquistas

CARTA ABERTA DO MOVIMENTO INDÍGENA AO SR. GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS

Exmo. Sr. Wilson Lima,

Nós, Organizações Indígenas, Organizações de Educação Escolar Indígena, Professores Indígenas e Lideranças Indígenas do estado do Amazonas, reunidos no VI Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI), realizado em Luziânia, Goiás, de 30/11/22 a 03/12/22, com o tema “Retomando as lutas para avançar nas conquistas”, demandamos a atenção de V. Exa. para o processo unilateral de nomeação do titular da Gerência de Educação Escolar Indígena de nosso estado. Saudamos a escolha do nome de um professor indígena; porém lamentamos a dispensa das práticas de consulta ao movimento indígena e as representações de Educação Escolar Indígena.

Neste VI FNEEI, refletimos intensamente sobre as nossas lutas, que sempre foram dialogadas em todos os âmbitos com as instituições. Mas, contrariando esse histórico, fomos surpreendidos no dia 21/11/2022 com a divulgação do decreto nº11 de novembro de 2022 de nomeação no cargo de gerente da Gerência de Educação Escolar Indígena sem diálogo com o movimento indígena e suas organizações representativas de Educação Escolar Indígena do Amazonas.

Lembramos que a Gerência de Educação Escolar Indígena foi um espaço conquistado através das lutas dos povos indígenas do Amazonas, e que os últimos dois gerentes de Educação Escolar Indígena foram indicados pelo movimento indígena. Assim, diante da nomeação publicada no dia 11/11/2022, temos a dizer que, para realizar alguma ação ou indicação aos povos indígenas, os órgãos de governo devem seguir as orientações da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre os Povos Indígenas e Tribais, ratificada e incorporada à lei brasileira em 2004 (Decreto Presidencial nº 5.051), garantindo o direito à consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas e populações tradicionais afetados por projetos ou medidas governamentais, cujo artigo 6º assegura:

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão: a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.

Diante disso, comunicamos que, mantendo as práticas historicamente estabelecidas na relação do governo estadual com o movimento indígena, apresentaremos uma lista tripla de nomes indicados para a Gerência de Educação Escolar Indígena, após consulta

legítima do movimento indígena que será realizada entre os dias 13 a 15 de dezembro de 2022, para o cargo de gerente da Gerência Estadual de Educação Escolar Indígena vinculada à Secretaria Estadual de Educação do Amazonas.

Finalizamos reafirmando o lema da Década Internacional das Línguas Indígenas: “**Nada para nós sem nós**”, que nenhuma política para os povos indígenas se estabeleça mais neste estado e país sem a participação efetiva dos povos indígenas nos processos de tomada de decisão, consulta, planejamento e implementação.

Saudações indígenas!

Luziânia, 03 de dezembro de 2022.

Assinam o documento as organizações indígenas do Amazonas presentes no VI FNEEI.

Fórum de Educação Escolar e Saúde Indígena do Amazonas – FOREEIA

Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro – FOIRN

Organização dos Professores Tikunas Bilíngues do Alto Solimões – OGPTB

Rede das Mulheres Indígenas do Amazonas – Makira –Êta

Associação dos Profissionais de Educação Escolar Indígena Mundurukú e Sateré Mawé - APEEIMS

Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno – COPIME


Fórum Municipal de Educação Escolar Indígena de Alvarães – FOMEELA

Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira – OPIAM

União dos Povos Indígenas Munduruku e Sateré Mawé – UPIMS

Em anexo, segue a assinatura dos participantes do Amazonas e demais participantes do VI FNEEI.

Anexo 7: Carta Reivindicatória das lideranças e professores(as) indígenas das escolas municipais e estaduais de Mato Grosso



Carta 009/VI FNEEI/2022

Brasília, 06 de dezembro de 2022.

A Sua Magnificência o Senhor:
Prof. Dr. Rodrigo Bruno Zenin
Magnífico Reitor da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT
Cuiabá – MT.

C/C: Profa. Dra. Vera Lúcia Maquêa
Magnífica Reitora da UNEMAT recém-eleita.

Excelentíssimo Senhor(a) Reitor(a),

Ao cumprimentá-lo(la) cordialmente, a Comissão Coordenadora do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena – FNEEI, espaço democrático de interlocução entre os profissionais e lideranças que atuam na educação escolar indígena e o Estado brasileiro, formado pelos Fóruns Estaduais de Educação Escolar Indígena e organizações de professores indígenas, vem encaminhar à Vossa Magnificência a Carta reivindicatória das lideranças e professores(as) indígenas das escolas municipais e estaduais de Mato Grosso, com demandas apresentadas e discutidas no VI Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena – FNEEI: **retomando as lutas para avançar nas conquistas**, realizado entre os dias 30 de novembro e 03 de dezembro de 2022, no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia – GO, com a presença de 541 participantes, representantes de 21 estados, 139 povos indígenas e seus aliados.

Com base na Resolução CNE/CEB nº. 5, de 22 de junho de 2012, Artigo 20, que define as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica e delibera que a Formação de professores e gestores das escolas indígenas deve ser uma das prioridades dos sistemas de ensino e de suas instituições formadoras, visando consolidar a Educação Escolar Indígena como um compromisso público do Estado brasileiro, os participantes do VI FNEEI endossam as reivindicações e pedem urgentes providências desta instituição no atendimento às demandas de Formação de professores e professoras indígenas do Estado de Mato Grosso, considerando que estes processos já se encontram em tramitação nas

Luziânia | GO - 30 de novembro a 03 de dezembro de 2022



Retomando as lutas para avançar nas conquistas

instâncias desta Universidade.

Considera-se, também, que a demanda por cursos específicos na Faculdade Indígena Intercultural – FAINDI/UNEMAT é um direito amparado pelo Inciso 1º. da Resolução 05: “A formação inicial dos professores indígenas deve ocorrer em cursos específicos de licenciaturas e pedagogias interculturais ou completamente, quando for o caso, em outros cursos de licenciatura específica ou, ainda, em cursos de magistério indígena de nível médio na modalidade normal” (Brasil, 2012, p. 10).

Pelo exposto e na perspectiva de sermos atendidos, agradecemos a atenção e contamos com a vossa parceria para garantir que os nossos direitos à educação escolar diferenciada sejam implementados de acordo com as nossas especificidades.

Saudações indígenas,

Gersem Baniwa

Marlete Kambéba

Rita Potyguara

Coordenação Geral do VI FNEEI

Luziânia | GO - 30 de novembro a 03 de dezembro de 2022

Adriano Tapirala
Kamianin Sankesem Tikipike
Laniyasa Wilson Tikipike

Nós, lideranças, professoras e professores indígenas das escolas municipais e estaduais de Mato Grosso, reunidos e reunidas no **VI FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: Retomando as Lutas para Avançar nas Conquistas**, em Luziânia Goiás, de 30/11 a 03/12/2022, **apontamos e reivindicamos a urgente celeridade na tramitação dos processos de abertura de novas turmas** para os cursos de licenciaturas específicas da Faculdade Indígena Intercultural da Universidade do Estado de Mato Grosso - FAINDI/UNEMAT, para continuidade e inclusão de novos cursos – todos já aprovados nos conselhos superiores da universidade, a saber: “Licenciatura em Pedagogia Intercultural”, “Licenciatura Intercultural Indígena” (nas três áreas de habilitação: Línguas, Artes e Literaturas; Ciências Sociais, e Ciências Matemáticas e da Natureza”) e as primeiras turmas de “Bacharelado em Enfermagem Intercultural Indígena” e de “Licenciatura em Pedagogia Intercultural”, “Licenciatura Intercultural Indígena” (nas três áreas de habilitação: Línguas, Artes e Literaturas; Ciências Sociais, e Ciências Matemáticas e da Natureza”) específicas para os Xavante do município de Campinópolis (parceria com SEMEC /Campinópolis e SEDUC).

Marcaparygi Lisete Topirape, Adalbykatoxowa Topirape
 Demfear Kexipa Topirape
 inape, Tawapa Topirape
 Marcaparygyoo Topirape

causa indígena e à garantia de direitos, abaixo-assinamos:

Marinho Ul Rezende, Kenioi Carlos Tapirape,
Maksato Tapirape, Cristina Leite Tukumã,
Dionísio Mariaup Kayabi, Wana-xawo: Maurício Tapirape
Umema nixky Jiraupe, Bismarck Wanyamty Tapirape
Cristina Jucaci, Nilson Tereuwatsa Tsa'e'omo'wa, Tairigoo Tapirape
Jorge Adamson m Chai-munohuruke, Chanileto Arowaxo'i
Tapirape, Mateapawygoo Tapirape, Arivaldo Takwari'i Tapirape
Monyky Hyjaho Tapirape, Klebrun Awararawoo'i Tapirape, Allen Karaiya
Tapirape, Reinaldo Okaraxow Tapirape, Romigai Ksarais Tapirape
Lurcinônia F. Kaut, Marawi Tapirape, Romata Jirajep Mendes Terrama
do do C. S. Jirajep Mendes. Kamaiaras'i Tapirape, Edison Kwa





Organização



O encontro foi uma ação conjunta do FNEEI e dos Fóruns Estaduais (FOREEIA, FORUMEIBA, FOREEIMS), das Organizações Indígenas e contou com apoio de diversas parcerias: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil), Frente Parlamentar Indígena, por meio da Deputada Federal Joenia Wapichana, Fundo Casa Sociambiental, Imaginable Futures e Instituto Sociedade Para a Natureza (ISPN). Também contou com contribuições por meio da arrecadação online, Dabukuri e arrecadações das delegações de cada Estado.

Coordenação Geral e Comissão Organizadora do VI FNEEI

Gersem Baniwa, Lucia Alberta Baré, Marlete Kambeba e Rita Potyguara.

Secretaria Executiva

Rosenilda Rodrigues de Freitas Luciano

Equipe: *Edineia Aparecida Isidoro, Eraldo Menezes do Nascimento Júnior, Maria Geni Pereira Bílio, Mariuce Campos de Moraes, Matheus José Santos da Silva, Roselinda Rodrigues Batista, Soenil Clarinda Soares, Suzete da Silva Galdino Nunes e Wagner Monantha Sousa Moraes.*

Articuladores regionais

Adilene Akrepeiti Ribeiro Airompokre, Alberto França Dias, Beleni Grando, Cristiane Machado da Silva, Darlene Yaminalo Taukane, Douglas William Pereira, Edineia Aparecida Isidoro, Elane Castro do Santos, Francisca Navantino P. de Ângelo, Isabel Teresa Cristina Taukane, Kaimara'i Anderson Tapirapé, Kátia Barbosa Coutinho, Katoprora Xikrin, Laise Lopes Diniz, Manoel Conceição Malarranin Dias Acharê Karajá, Maria Leidiane Marinheiro da Silva, Maria Margarete N. Valentim, Maria Martinha B. Mendonça, Maria Sonia Barbalho de Macedo, Marlete Cruz da Costa, Mônica Cidele da Cruz, Mônica Veloso Borges, Mydjere Kaiapó Mekrangnotire, Pomerquenpo Tixção, Rosilene Sakurabiat, Rosivânia D. Magalhães, Sebastião Ferreira de Souza, Teodora de Souza, Tiago Iteor Suruí e Waldinêia Antunes de Alcântara Ferreira.

Coordenação estudantes

UNICAMP: *Marcela Maria Torres Nonato e Vera Lúcia Aguiar Moura*

UFSCAR: *Shelly de Jesus Barreto Golçaves*

USP: *Leandro Pires Gonçalves*

Comissão de redação (Documento Final)

Ana Maria Rabelo Gomes, Beleni Saléte Grando, Edineia Aparecida Isidoro, Gersem José dos Santos Luciano, Joelma Parente Alencar, Lucia Alberta Andrade de Oliveira, Mônica Veloso Borges, Rita Gomes do Nascimento e Rosenilda Rodrigues de Freitas Luciano.

Comunicação

Gestão: *Tarisson Nawa*

Projeto Gráfico: *Daniel Navarro*

Equipe: *Hênio Kiriri, Karaí Mirim, Marcela Pankararu e Verinha Ye'pa Mahsã.*

Relatoria

Equipe Flacso Brasil: *Aline Quintão, Bárbara Nonato, Luciano Ribeiro e Fábio Merladet.*

Voluntários: *Algoniz Alex Cordeiro Diniz, Amaré Gonçalves Brito, Augusto César Rocha de Alencar, Douglas William Pereira, Ervelys Silva Ramos, Fernanda Gonçalves de Oliveira da Cruz, Iliandro Sabanê, José Glebson Vieira, Laise Lopes Diniz, Luciane Machado da Silva Guimarães, Maria Deolícia Monteiro da Silva, Maria Geovanda Batista, Nohemy Ibanez, Teodora da Souza e Welington Vieira Brandão.*

Relatório Final do VI FNEEI



FLACSO
BRASIL

Este documento foi organizado em conjunto pelo Programa Cidadania, participação social e políticas públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil) e Coordenação Geral do VI FNEEI, no âmbito da parceria estabelecida a fim de registrar os debates realizados nas plenárias do evento e sistematizar seus resultados.

Organização: *Bárbara Nonato*

Textos: *Luciano Ribeiro e Tarisson Nawa*

Revisão: *Ana Maria Rabelo Gomes, Beleni Saléte Grando, Elisa Sampaio de Faria, Gersem Baniwa, Lucia Alberta Baré, Rita Potyguara e Rosenilda Rodrigues de Freitas Luciano.*

Gráficos e mapas: *Laise Lopes Diniz*

Fotos: *Karaí Mirim e Tarisson Nawa*

Diagramação: *Vitor Reis Soares*



